



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ACTA Nº 05/09

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2009

PRESIDENTE DA MESA

Victor Manuel Dias Coelho (em Substituição do Presidente)

SECRETÁRIOS:

Manuel Augusto Nabais (em substituição do 1º Secretário)

Inês Martins Ambrósio Figueiredo (em substituição do 2º Secretário)

FALTARAM:

Ramiro Manuel Lopes de Matos (substituído por José Cunha Antunes)

Joaquim António Pires Carreto

Carlos Alberto Morgado Gomes (substituído por Dora Susana Esteves)

Presidente Junta Freguesia de Aldeia do Bispo (substituído por Daniel Nava Fernandes - Tesoureiro)

Presidente Junta Freguesia de Quadrazais (substituída por Anacleto Afonso Carriço - Secretário)

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa (substituído por José António Paulos - Secretário)

Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão

JUSTIFICARAM A FALTA:

Ramiro Manuel Lopes de Matos

Carlos Alberto Morgado Gomes

Presidente Junta Freguesia de Aldeia do Bispo

Presidente Junta Freguesia de Quadrazais

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa

Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão

HORA DE ABERTURA:

15 Horas

LOCAL: Museu Auditório Municipal

Às 15 horas e trinta minutos, depois de feita a chamada e dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia** em exercício deu início à sessão, começando por desejar boa noite e agradecer a presença de todos, apelando à compreensão e colaboração de todos, face à eventual redução de qualidade da condução dos trabalhos.

Referiu que assumira a Presidência da Mesa, tendo em conta a Lei e o Regimento, por impedimento do seu titular, o Senhor Ramiro Matos que sofrera um acidente impeditivo da sua presença, apresentando da parte deste os melhores cumprimentos e os votos de um Feliz 2010.

Informou ainda que, tendo em atenção as questões levantadas e que lhe haviam sido transmitidas quanto à hora a que a Assembleia Municipal se realizava, esta tinha sido uma situação pontual, dada a dimensão da ordem de trabalhos, e que futuramente, seria a Comissão Permanente, logo que constituída e em colaboração com a Mesa da Assembleia, a definir a ordem do dia e o horário das futuras Assembleias.

ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** deu conhecimento do seguinte expediente:

Um ofício do senhor Presidente da Câmara (acumulação de cargo);
Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo (justificação de falta);
Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa (justificação de falta);
Presidente da junta de Freguesia de Quadrazais (justificação de falta);
Carlos Alberto Morgado Gomes (justificação de falta);
Um ofício do Governo Civil (convite para cumprimentos);
Vários cartões de Boas Festas.

ASSUNTOS DIVERSOS

Neste ponto tomaram da palavra diversos Membros da Assembleia Municipal com as seguintes intervenções:

O Sr. Deputado **Manuel Rito**, desejando boa tarde a todos os presentes, disse que, relativamente à ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, lhe parecia que a

discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal não poderia ser feita, tendo em conta o nº 1 alínea a) do art. 58º do mesmo. Na sua opinião a Mesa deveria ter apresentado aos diversos grupos políticos um projecto de regimento para análise e discussão, e só depois deveria ser apresentado ao plenário para a provação e discussão, pois se se fosse discutir artigo a artigo, levaria muito tempo. Tendo em conta estas situações apresentou uma proposta para que fosse retirado o ponto 1 da ordem de trabalhos e nomeada uma Comissão constituída por representantes de todos os grupo políticos.

Disse ainda que, quanto à substituição dos membros da Assembleia que não tinham podido estar presentes, se deveria respeitar o constante do artigo 56º do Regimento em vigor, não se opondo que a Sr.^a Inês Figueiredo, tivesse sido nomeada para substituição do membro ausente, mas que de futuro e até que o regimento fosse aprovado, se deveria cumprir o referido no mesmo.

Em resposta a esta intervenção o Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que relativamente à substituição do Sr. Presidente da Assembleia pelo 1º Secretario, esta era uma substituição linear. Quanto à proposta de retirar o ponto 1 da ordem de trabalhos gostaria que a mesma fosse apresentada por escrito, visto ser uma situação delicada.

Em seguida usou da palavra do Sr. Deputado **João Manata** que começou por desejar boa noite a todos os presentes e referindo que o que queria dizer já tinha sido referido pelo Sr. Manuel Rito, convergindo com a opinião deste, no que dizia respeito à aprovação do regimento.

Aproveitava ainda o período antes da ordem do dia para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se estava previsto em orçamento as obras do cemitério do Sabugal, já que este se encontrava em estado degradante.

Perguntou ainda para quando estava prevista a iluminação da torre do relógio tendo em conta ser uma coisa fácil e barata.

Tomando a palavra o Sr. Deputado **João Aristides Duarte** que, após cumprimentar os presentes, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fosse colocada uma indicação de WC nas casas de banho públicas, sitas no Largo da Fonte, visto que já havia verba em orçamento no valor de 2500 euros. Perguntou ainda ao Sr. Presidente da Câmara o que

seria possível fazer no campo de futebol do Soito para evitar o frio que se faz lá sentir quando há jogos.

De seguida o Sr. Deputado **Roberto Silva** começou por cumprimentar os presentes e referiu que há tempos tinha lido uma declaração na comunicação social sobre o Sr. Presidente da Câmara e a acumulação das suas funções, que o tinha deixado muito preocupado, não tendo dado relevo dado já ter sido varias vezes aldrabado pelos media. Mas que neste dia via os seus receios confirmados, pois não querendo duvidar das capacidades do Sr. Presidente da Câmara, ficava com muito receio do que poderia vir acontecer ao Sabugal, pois o concelho do Sabugal precisa de um presidente forte e dedicado a tempo inteiro.

A Sra. Deputada **Ana Domingues** desejou boa tarde e continuação de boas festas para todos e começou por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, e no seguimento da intervenção do Sr. Manata, se o cemitério do Sabugal era responsabilidade da Câmara ou da Junta de Freguesia, pois os acessos interiores eram uma desgraça, a iluminação praticamente não existia e água também pouca havia. Tratando-se de um lugar de culto solicitava ao Sr. Presidente da Câmara, caso a responsabilidade fosse da Câmara, o seu empenho para resolver a situação. Caso fosse da Junta não acreditava na resolução deste problema. Perguntou ainda ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia pela acta da anterior reunião que foi aprovada em minuta mas não em papel, pois gostaria de ter acesso a mesma.

Em resposta o **Presidente da Mesa** disse que da indicação que tinha recebido, e tendo razão de ser, visto a última Assembleia, ter sido uma reunião de instalação, a acta não necessitava ser aprovada.

O **1º secretário** reforçou dizendo que a informação que foi transmitida pelo pessoal de apoio a Assembleia Municipal ia no sentido de que as actas das Instalações dos Órgãos não têm que ser aprovadas na reunião a seguir, porque se não, nem a própria mesa poderia estar aqui.

O Sr. Deputado **José Cunha** usou da palavra começando por desejar boa tarde a todos, e passou a ler o seguinte documento: “ Como foi referido, hoje encontro-me aqui porque o Sr. Ramiro Matos por questões de saúde, não pode estar presente. Faço votos pessoais de rápidas melhoras.

Mesmo assim quero afirmar que estou aqui satisfeito e interessado nos assuntos que hoje estão agendados para esta sessão.

- Não tive oportunidade de publicamente referir que foi com muito agrado que, durante 8 anos, fui um elemento “não gosto do termo de deputado” desta assembleia Municipal.

Embora por vezes se diga que aqui nada se diz com interesse que se discutem assuntos fúteis, etc., eu quero também dizer que valeu a pena, que conheci aqui pessoas e tomei conhecimento de assuntos que não seria possível se aqui não estivesse estado.

- A quem se encontra aqui pela primeira vez, desejo-lhe boas vindas e que, sempre que o entenderem, não se coíbam de, manifestar as suas opiniões.

Para além de outros assuntos que abordarei no futuro nem que seja como elemento do público, queria mais uma vez falar o seguinte: Por coincidência, ainda ontem, por volta das 18 Horas, circulei de automóvel, na companhia de um Graduado da GNR, no trajecto Sabugal-Penalobo e vice-versa.

Ao chegarmos à rotunda do alto do Espinhal, embora chovendo copiosamente, parei o automóvel e tentei saber a opinião dele sobre a apresentação e configuração da estrada/saída em direcção ao Espinhal, Águas Belas e outras localidades.

Rapidamente referiu que não é normal, à saída de uma rotunda e em tão pouca distância existirem tantas curvas, quando, ao que parece seria possível construir esse pequeno trajecto mais rectilíneo.

Já ouvi muitas pessoas a lastimarem-se com esta situação. E mais, logo à saída da rotunda, de um dos lados, confrontado directamente com a via, existe um poço de água sem qualquer protecção lateral, o que, na opinião de muitas pessoas constitui um grave perigo. Como esteve para ser inaugurada essa **Zona Industrial** e, ao que penso ainda não foi, pode ser que nessa altura se tenha a possibilidade de se verificar a razoabilidade ou não do que acabo de referir. Ainda um pouco relacionado com este assunto, alerta para o facto de que a estrada que passa pelas povoações de Espinhal- Águas Belas e Sobreira, já não tem visível a linha longitudinal que divide as duas faixas de rodagem, e todos nós sabemos quanto útil a mesma é pelo menos em noites de nevoeiro. Com certeza que haverá outras estradas no concelho nas mesmas circunstâncias se as não houver ainda bem. Boa noite a todos.”

Tomando a palavra o Sr. Deputado **Francisco Bárrios** disse que iria começar o mandato mais ou menos como o tinha acabado o anterior do “ famoso” labirinto do cruzamento das estradas de Aldeia Velha, Aldeia do Bispo, Lageosa e Forcalhos.

Depois de várias promessas feitas pela Câmara no mandato anterior, nada foi feito para resolver o problema esperando agora, que esta nova Câmara venha alterar esse labirinto. É que existe ali uma subversão do código da estrada pois os veículos puxados por quadrúpedes, em certos casos, até têm prioridade sobre os veículos motorizados. Outro grande problema nesse labirinto é a falta de algumas placas de indicação. Quem se dirige de Aldeia do Bispo para Forcalhos não sabe por onde entrar. Outro problema surge com os camiões tipo TIR que, para virarem à esquerda ou à direita, têm de subir os lancis. Quando há acidentes de que falam alguns, esse não constitui qualquer problema

pois ainda não deu conta de nenhum uma vez que todos aqueles que passam por ali são abrigados a circular devagar devido à configuração do labirinto.

Continuou perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se neste mandato se mantinha a deliberação de pagar a percentagem das Juntas relativas a obra que estas conseguiram candidatar e aprovar na União Europeia, pois a Câmara retirou 500.000 euros às juntas no mandato anterior ficando este montante disponível para esse efeito.

Perguntou ainda qual era o desenvolvimento em relação ao empreendimento Ofélia Club (Malcata). Sugeriu ainda que a Câmara fizesse um esforço no sentido do Concelho do Sabugal ficar coberto pela rede de telemóveis.

Para finalizar, referiu que em Abril de 2008 a Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo enviou um ofício à Câmara Municipal dando-lhe conta da urgência no alargamento do cemitério, nove meses depois ainda não havia resposta seguiu-se novo ofício acerca do mesmo assunto tendo voltado a não haver qualquer resposta.

Sendo a alargamento de cemitério uma obra da responsabilidade da Câmara gostaria de saber o ponto de situação.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Celino Augusto** que, depois de cumprimentar e desejar em seu nome e em nome do Partido Socialista um excelente 2010, deu a boa vinda aos elementos presentes pela primeira vez e incentivou-os a contribuírem activamente nesta Assembleia, sem qualquer tipo de receio.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse que tinha algumas questões para colocar.

Em relação à ligação A23, queria se fosse possível, obviamente que poderá não ser neste momento, que informasse os membros desta Assembleia, quanto é que já foi gasto na ligação Fronteira – A23 e quanto espera ainda que seja lá gasto e já agora quando é que se pensa que esteja pronta aquela obra.

Gostava também de sugerir à Câmara Municipal que aderisse ao programa “Simplex” que é um programa também para as autarquias por considerar que são programas úteis e que funcionam.

Em relação à Zona Industrial do Cruzamento do Espinhal, o Sr. Deputado José Cunha já disse algumas coisas, e no seguimento do que ele disse gostava de dizer ou pelo menos que alguém lhe explicasse o que faz um passeio na rotunda...gostava de saber se aquilo é uma zona pedonal e se estão a pensar fazer passeadeiras para a rotunda, uma vez que tem lá passeios.

Gostava também de falar da Estrada de Sortelha que desce para o lado das Quintas do Espinhal, que tem dois tipos de tapetes, ou seja, mais para a zona da Quinta do Espinhal o tapete está bom, a estrada está boa, circulável e aceitável, a outra parte que é a mais perigosa, a da descida, não se percebendo aquilo, pois mais parecia que a estrada não tinha chegado a levar um tapete, fora pintada, porque a estrada continuava irregular. Tinha aliás conhecimento de vários problemas, inclusive já lá havia presenciado acidentes. Aquela estrada nem raids laterais tem, a estrada está cheia de areia e parecia-lhe que foi ali deixada ou depositada com o tapete, não sabendo se faria parte do tapete. Por fim gostava de falar do regimento. Tal como o Sr. Deputado Manuel Rito dissera, efectivamente, o regimento dizia que competia à Mesa da Assembleia, elaborar o projecto de regimento, ou propor a constituição de um grupo de trabalho nomeado para o efeito. E continuou afirmando que, na sua opinião, a Mesa tinha apresentado um projecto de regimento que podia passar a regimento se no ponto que estava para isso fosse aprovado: Além disso, e não sabendo se havia percebido bem ou mal, mas já tentara confirmar, na Assembleia Municipal da tomada de posse o Sr. Presidente Ramiro Matos havia proposto precisamente a constituição de um grupo de trabalho, e achava que fora exactamente o Sr. Deputado Manuel Rito que dissera que competia à Mesa da Assembleia apresentar essa proposta. Ora essa proposta ali estava, não havendo problema nenhum em votá-la, podendo, se fosse aprovado o projecto, passar a regimento, concluindo afirmando não ver motivo nenhum para que não seja votado o projecto.

Tomando a palavra o Sr. Deputado **António Gata** começou por cumprimentar todos os presentes sem excepção, fazendo votos para que todos tivessem tido um Santo Natal e desejando também um óptimo 2010, e continuou dizendo que era com alguma emoção que depois de tantos anos de ausência desta casa, ali estava de novo com o único objectivo, de dar o seu contributo, por mais pequeno que fosse, para ajudar a seguir o caminho da terra de que tanto gostava, e que também tinha a certeza que todos os que ali estamos tanto gostavam...

Relativamente ao horário desta Assembleia, entendia que pode e deve funcionar nos horários que forem entendidos mais convenientes para todos, mas pela parte que lhe tocava, e pensava estar a falar em nome de todos os que trabalham em empresas privadas e havia ali alguns empresários que não deixariam de o apoiar nesse ponto de vista, quem tem de meter um dia de férias para vir à Assembleia não deve ver de bom

grado esta situação. O Sr. Gata , ele era um deles, afirmando não voltarei a fazê-lo, pois não ia gastar mais um dia das suas férias que são 30 dias por ano, para vir a uma Assembleia Municipal. E concluiu afirmando que se quisessem fazê-las como sempre haviam sido feitas teria muito prazer e muito gosto em vir e em participar.

Dirigindo-se então ao Sr. Presidente da Câmara disse que há dias, quando saía do Sabugal para a estrada de Quadrazais, verificara que, junto ao Mini Preço, a estrada já fora rebentada, tendo ficado perplexo com aquilo a que assistia na rua, numa Avenida acabada de construir, não sabia se a correr, se fora para estar pronta antes das eleições, isso é uma questão que não lhe dizia respeito.

Mas que, após verificar a ocorrência e depois de ter falado com algumas pessoas ali vizinhas, lhe haviam dito que tinha havido uma rotura de uma conduta de água. Tendo em atenção que estas situações são sempre de lastimar, considerava que antes de se ter posto o alcatrão na via, deveriam ter sido salvaguardadas todas as infra-estruturas, devia ser com condições para futuro e só depois é que devia ter sido colocado o tapete.

Continuou dizendo que subscrevia o que tinha dito o Sr. Deputado Celino Augusto do P.S. relativamente à A23, e solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que envidasse todos os esforços no sentido de, logo que possível, dizer a esta Assembleia quanto é que já foi gasto em pneus, para viaturas, almoços, refeições, tudo o que já foi gasto pela Câmara no trabalho que já está feito na estrada do Sabugal para o concelho de Belmonte e depois também tentar saber quanto é que teria sido gasto se tivesse sido entregue a um empreiteiro.

De seguida pôs ainda as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara:

- (i) Passando a pé na Avenida Infante D. Henrique via que os passeios que haviam sido recentemente construídos, antes das eleições, tinham várias zonas onde já estavam aluídos, junto ao sitio onde estão ou estiveram as árvores, aquilo já não tem nada que se pareça com uma obra recente, é bom que a Câmara veja isso e que tome medidas para que seja regularizado, por quem de direito.
- (ii) Pedindo desculpa por estar a falar sobre a zona onde residia, mas que quando saía de sua casa deparava-se sempre com um monte de lixo, à frente da porta. Ora sendo este Bairro considerado um dos bairros nobres cá da terra e que é um loteamento camarário, ele são silvas, são giestas, é lixo, é uma quantidade de coisas, qualquer pessoa pode passar por lá hoje e ver, é o caos total e isto não tem a ver contra nada, nem contra ninguém, mas não é esse o procedimento que acontece em todas as zonas cá da cidade, há zonas que estão perfeitamente, ajardinadas, bonitas... e

aquela zona que foi mais cedo habitada por pessoas do concelho e do Sabugal, está na situação em que se encontra.

(iii)E para finalizar, pedindo desculpa ao Sr. Presidente por insistir nesta pergunta, mas gostava que lhe dissesse qual é o ponto de facto da situação do aproveitamento hidroeléctrico que está a ser construído, ou já construído na porta do túnel da barragem do Sabugal, lembrando que a matéria prima é toda nossa propriedade, a água que vai produzir energia e que vai criar mais valias, vai toda do concelho do Sabugal. Queria assim saber qual era a posição que a Câmara tem nesse empreendimento, ou se não tem, porque é que não tem?

Finalizando, agradeceu e pediu desculpa a todos por o terem ouvido durante tanto tempo.

Tomou de seguida a palavra o Sr. Deputado **José Robalo**, que começou por cumprimentar e desejar continuação de boas festas a todos os presentes e familiares, lastimando a ausência do presidente da Assembleia por motivos já conhecidos. De seguida dirigiu-se ao Presidente da Assembleia em exercício e a toda a mesa a quem desejou também boas festas, sendo estas extensivas a todo o executivo camarário.

Seguidamente afirmou que tendo acabado de ouvir com muita atenção o que havia sido dito, registava um pequeno reparo da última intervenção, perguntando se as obras que haviam sido feitas no concelho do Sabugal, no mandato do Sr. Manuel Rito, não haviam sido todas feitas antes das eleições, ou se havia algumas obras que não deveriam ter sido feitas antes das eleições? E perguntava ainda se haveria obras que não deveriam ter sido feitas e qual é o momento oportuno para que essas obras sejam feitas. Qualquer dia se calhar temos que fazer um regulamento ou regimento para se saber quando é que os executivos devem ou podem fazer obras.

Continuou dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara que no caso concreto era seu familiar e com quem não tinha tido ultimamente oportunidade de falar, pelas suas ocupações, não deixando passar esta oportunidade para dizer que aquilo que pensava do Sr. Presidente e continuava a pensar, sobretudo porque tinha sido, ou aliás era sempre, uma pessoa atenta ao que se passava na sua terra, no seu concelho e tinha neste momento os holofotes sobre o Sr. Presidente. Tinha lido muito daquilo que o mesmo vinha dizendo e não queria deixar passar em branco uma entrevista que havia dado ao jornal Interior, que aconselhava a todos os membros desta Assembleia que lessem, e ali está tudo, ou estava muita coisa, toda a sua capacidade, a sua inteligência, o seu senso

comum, as suas resposta a muitas perguntas que acabavam ali de ser feitas. Queria de facto reconhecer que o Sr. Presidente era uma pessoa humilde, que sabia trabalhar com todos, que sabia trabalhar para bem do concelho e iria demonstrá-lo. Parabéns pela entrevista que estava à altura da sua personalidade. Em relação à Sra. Vice-Presidente, também não podia deixar de ter uma palavra em relação a ela. Aquilo que se sente dentro da Câmara e tendo falado com alguns funcionários, é que é uma pessoa dedicada ao trabalho, competente, que sabe ouvir e considerava que esta era uma palavra de incentivo para continuar neste caminho, pois está no caminho certo.

Quanto ao ponto da ordem de trabalhos disse, dirigiu-se ao Sr. Deputado António Gata, dizendo que a história do horário, das horas, estava na proposta de regimento, essa proposta do horário, estava na nova proposta que está no regimento que veio aqui à Assembleia.

E continuou dizendo que na sua formação tivera oportunidade de ler de ponta a ponta o regimento, não tivera tempo para o compreender todo e era uma pessoa formada em direito, e que só por essa razão, pensava que era mais do que suficiente para todos fazerem uma paragem, para se reflectir, analisar e discutir entre todos um projecto de regimento, porque é disso que se trata, de um projecto de regimento, que não pode ser imposto, tem que ser um texto pensado, discutido, por todos os grupos parlamentares.

Se, embora licenciado em direito, e tendo alguma familiaridade com estas questões, tivera alguma dificuldade e tinha para conscientemente discutir e analisar este projecto de regimento que fora apresentado, perguntava aos restantes membros se estavam em condições de discutir, se estavam preparados para aprovar este projecto de regimento.

Por esta razão, considerava que se devia votar favoravelmente a proposta do Sr. Deputado Manuel Rito, de retirar da ordem de trabalhos este ponto, e sair da Assembleia um grupo de trabalho que representasse todos os grupos políticos, para consensualmente discutirem o projecto de regimento. Pensava que esta proposta era muito mais honesta. Estivera a ler o projecto de regimento, que em princípio devia ser um documento que não suscitasse celeuma, e coisas tão simples como impor um horário de funcionamento desta Assembleia, estava a levantar a maior polémica.

Assim propunha suspender, retirar da ordem de trabalhos, este ponto de forma a que seja constituído desde já o grupo de trabalho, porque aqui não pode haver excluídos, aqui há alguns que gostam de trabalhar sozinhos, é essa a sua forma de trabalhar, a olhar para o seu umbigo! Havia lido esta proposta e tinha muitas dúvidas sobre muitos pontos. Mas se havia quem estivesse preparado, se eram pessoas tecnicamente habilitadas e

preparadas, que o ajudassem, pois não estava preparado, e por isso subscrevia a proposta do Sr. Deputado Manuel Rito, no sentido de que seja retirado este ponto da ordem de trabalhos:

Seria muito mais bonito que quem fazia a proposta a retirasse neste momento, dispensava-se até a votação e avançava-se para a constituição do grupo de trabalho, que preparasse o próximo regimento que viesse ali a ser votado.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Ilídio Clemente**, que, desejando boas festas e um ano novo cheio de saúde a todos os presentes, disse que na intervenção anterior, onde se havia focado a exclusão, considerava que o Sr. Presidente da Assembleia não excluía ninguém, pois havia enviado a todos a proposta do regimento, lembrando que essa proposta fora a continuação da celeuma levantada na sessão da tomada de posse e de que resultara, e muito bem, que o Sr. presidente da Assembleia, deveria apresentar a proposta alternativa ao regimento. Pensava que todos haviam recebido a proposta e, portanto, ninguém fora excluído.

Dada a palavra ao Sr. **Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal**, o mesmo cumprimentou os presentes, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara por ter desta vez ligado ao ofício que a Junta de Freguesia havia mandado sobre as obras do cemitério do Sabugal. Além da calçada falou-se da iluminação e de uma fonte condigna para aquele lugar, pois a lá estava tinha o nome de fonte mas não era, e havia sido a Junta a fazê-lo. Pensava que posteriormente o Sr. Presidente da Câmara, iria informar se estava entregue à Junta de Freguesia se à Câmara.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** pediu a palavra para esclarecer, porque tinha havido dúvidas sobre a sua intervenção na anterior Assembleia. Esclareceu que o que dissera fora que competia à mesa ou dinamizar um grupo de trabalho, ou apresentar um projecto de regimento, continuando a pensar que o projecto de regimento devia ser consciencializado antes de discutido em plenário, até porque algumas situações, lhe suscitavam duvidas sobre a sua legalidade, nomeadamente a proposta de votação do plano e orçamento por voto secreto. E perguntou como é que faria uma declaração de voto se o voto era secreto? Se quisesse votar contra para não ser legalmente condicionado com algumas opções do executivo, como é que era? Tinha sérias dúvidas e esse era um dos que lhe levantavam dúvidas. Tinha sérias dúvidas sobre alguns dos

preceitos que vêm propostos, e gostaria de consciencializar, até com apoio jurídico. A sua proposta estava feita por escrito, achava que o esclarecimento estava feito. Em consciência, cada um votará como entender, obviamente.

Interveio de novo o Sr. Deputado **António Gata** para responder ao Sr. Deputado José Robalo, dizendo-lhe que o tinha no grupo de pessoas que apesar de terem pontos de vista divergentes, os mesmos não seriam razão suficiente para que as relações de amizade se alterassem. De qualquer forma havia ficado surpreendido, mas também agradado, com o facto de ter colocado questões ao Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Deputado José Robalo lhe ter respondido e foi tão longe que respondeu a coisas que sobre as quais não havia falado, pois não se referira ao regimento, que o Sr. Deputado estava enganado, pois não dissera uma única palavra acerca do regimento, havia colocado questões ao Sr. Presidente da Câmara e ficava lisonjeado, mas era do Sr. Presidente da Câmara que queria respostas.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **Nuno Mota** desejou boas tardes a todos e colocou um conjunto de questões ao Sr. Presidente da Câmara:

- (i) O que achava das tão faladas taxas de obras, das licenças de obras, que são das mais caras aqui do distrito, gostava que considerasse este ponto, e que me dissesse algo sobre isso?
- (ii) No que diz respeito à entrada sul do Sabugal, de quem vem de Castelo Branco, e embora se queira desviar o tráfego todo por Belmonte esta vai continuar a ser uma entrada privilegiada no Sabugal. Actualmente esta entrada está um pouco deixada à deriva e existem melhoramentos que podem ser feitos, como algumas propostas que já colocara à consideração através de ofício.
- (iii) Quanto à praia fluvial, não existem aqui no Sabugal meios para fixar pessoas que venham aqui ao nosso concelho, as pessoas têm de ir para fora, para questões balneares.

Por último reafirmava mais uma vez que 15 horas não são horas de fazer uma Assembleia Municipal, porque há muita gente que trabalha em empresas privadas, há muitos empresários que têm de abdicar de um dia das suas férias. No seu caso e tendo 22 dias de férias, se tirasse férias para todas as Assembleias, ficava com menos cinco.

Foi então concedida a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, no sentido de responder às questões que lhe haviam sido colocadas.

Começou por desejar boa tarde a todos, apesar de já ter tido oportunidade de cumprimentar alguns, mas de não o ter feito a todos, pois tinha-se dirigido directamente para a mesa, pelo que estava agora a fazê-lo. Fez votos de franca recuperação para o Presidente da Assembleia, que tinha tido oportunidade de lhe comunicar o facto de não poder estar presente.

Iniciou de seguida a resposta às questões colocadas começando pelas questões do Sr. Deputado João Manata, dizendo que era realmente uma preocupação o cemitério, e por isso estava inserto no plano e orçamento. Informou ainda que havia estado no dia anterior no cemitério e mais uma vez verificara a necessidade de intervenção.

Este é o único cemitério municipal, e respondia já à questão colocada pela Sra. Deputada Ana Domingues e pelo Sr. Presidente da Junta Manuel Rasteiro. Queria, no entanto dizer ao Sr. Manuel Rasteiro que se iniciaria no mês de Janeiro uma etapa de discussão das formas de cooperação, de colaboração com as 40 Juntas de Freguesia. Já havia reunido com todos os Presidentes de Junta, havia agora sido feita uma pausa agora no Natal, e também queria de uma vez por todas expressar o seu desejo sobre a possibilidade de a Junta de Freguesia do Sabugal e a Câmara Municipal chegarem a tal ponto de entendimento que definam claramente a cooperação e a colaboração, aquilo que é possível fazer pela cidade do Sabugal, para melhorar a qualidade de vida dos residentes no Sabugal.

Relativamente ao relógio na iluminação, gostaria de ir pessoalmente consigo analisar, pedindo desculpa aos restantes Deputados, pois sabia que esta questão era muito cara ao Sr. Deputado João Manata.

Às questões levantadas pelo Sr. Deputado João Aristides Duarte sobre o WC, queria dizer que a sinalética urbana é também uma preocupação do Presidente, tendo já solicitado a sua colocação em Plano e Orçamento. A melhoria dessas condições, desses serviços de proximidade que são os sanitários públicos, também tem que ser uma preocupação do Executivo Municipal.

Quanto ao campo de futebol do Soito, considerava que se tratava de uma obra recente e que o mesmo já tem excelentes condições para um campeonato da primeira Divisão Distrital. Obviamente que numa altura de Inverno como esta, não é muito cómodo, acreditava, mas há com certeza outros campos piores, não estando a ver bem qual é a questão da rede, mas diria que dentro das possibilidades para o campeonato da primeira

Divisão já é bastante cómodo, mesmo aceitando o facto de o campo de futebol do Sabugal é melhor.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Roberto Silva, tinha que se distinguir entre cargos e funções, a lei obrigava a que quer seja presidente do conselho de uma Assembleia Geral ou de uma Direcção, quer seja da Assembleia do Centro Cultural da Ruvina, quer seja ela qual for, o Presidente da Câmara deve comunicar este facto na primeira Assembleia Municipal e por isso, no cumprimento da lei, havia transmitido aquilo a que a lei o obrigava. Assim o que foi comunicado à Assembleia é decorrente da legislação. E concluiu dizendo claramente que se tratava de funções não remuneradas e que não lhe ocupavam o tempo. Mas como o Sr. Deputado Roberto Silva se estava a preocupar, diria à Assembleia Municipal que estava 24 horas por dia, disponível para servir como Presidente da Câmara Municipal do Sabugal e disso poderiam estar à vontade.

Para que não ficassem duvidas o Sr. **Presidente da Câmara** solicitou ao Presidente da Assembleia em exercício que lesse novamente o ofício entregue por ele, para que esse ponto ficasse claro, visto estar a suscitar dúvidas e dado tratar-se apenas de um cargo.

Depois de lido novamente o ofício pelo Presidente da Assembleia em exercício conforme solicitado, o Sr. **Presidente da Câmara** retomou a palavra, respondendo às questões levantadas pelo Sr. Deputado José Cunha, começou por dizer que o Poço era uma preocupação. Ainda no dia anterior havia sido abordado de novo sobre essa questão. Estando muito próximo da via terá que ser feito algo relativamente à configuração da rotunda, e aqui respondo já também ao Sr. Deputado Celino Augusto relativamente aos passeios e à configuração da rotunda. Esta foi uma imposição da Direcção de Estradas, que só deu parecer positivo depois daquela configuração e aquele tipo de obras.

Quanto ao Sr. Deputado Francisco Bárrios e o labirinto de Aldeia Velha. Todos teremos de encontrar uma solução, que é diga-se também uma situação que preocupa o Presidente, porque realmente há ali uma série de confusões. Houve tempos em que houve ali comércio, mas neste momento, achava que não seria tanto assim pelo que se terá que encontrar uma solução de compromisso, entre a protecção e a prevenção viária e a eficácia do assunto.

Continuou a sua resposta ao Sr. Deputado Francisco Bárrios, afirmando que não iria responder à questão dos quadrúpedes, mas que lhe havia colocado algumas questões que estão relacionadas com actividade da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo, que mereciam uma resposta.

Como já havia dito, iniciaria uma negociação durante o próximo mês de Janeiro com as Juntas de Freguesia e aproveitava já o momento para dizer que os Srs. Presidentes de Junta sabiam que tudo o que estava colocado, no âmbito das Juntas de Freguesia em Plano de Actividades e Orçamento, eram, acima de tudo, uma espécie de medida cautelar para a negociação. Assim irá com as Juntas de Freguesias abordar a forma de entendimento e procedimento e não só ano a ano, mas a quatro anos. E aí será dada já a resposta para o facto das obras que são candidatas e subsidiadas ou apoiadas. Se se iria continuar com a mesma forma de apoio não sabia, pois depende da negociação e da forma de entendimento com as Juntas de Freguesia. Já tinha havido uma primeira reunião de cerca de duas horas, já se havia falado de muita coisa, esperava que com as Juntas e com a mesa das Juntas se pudesse encontrar a melhor forma de trabalhar em conjunto e nesse sentido também na questão dos cemitérios paroquiais, ou cemitérios das Freguesias.

Estava a dizer que o cemitério era uma obrigação da Câmara, também deveria ser a Câmara a fazer o lançamento das taxas dos cemitérios e cobrar essas receitas, se alguma há, mas pronto.

A rede de telecomunicações era obvio que era uma preocupação, tinha que ser, embora não seja responsabilidade directa da Câmara, era uma preocupação do executivo. Um bom serviço, os tais serviços de proximidade com qualidade tinham que existir e havia algumas manchas negras no concelho, como Vilar Maior, o Cró, Penalobo, o Vale da Quarta Feira, havia algumas situações de pontos negros e até a situação de Aldeia do Bispo, por desentendimento entre a PT, a TMN e a EDP, não tinha avançado tão rápido mas...

Quanto ao assunto Ofélia Club, a Câmara Municipal estava a cumprir o prometido e o acordado, estando no processo de aquisição dos terrenos e como o Ex-Presidente diria, daria a mesma resposta: não será por falta de empenho da Câmara, que o projecto não avança. Se havia alguma curiosidade nesse aspecto, continuava com este executivo a haver contactos com o promotor. Havia contactos, havia desenvolvimentos da parte da Câmara que estava nesse processo na plena confiança de que irá ter êxito, por isso o

Município estava a adquirir os terrenos, por esse lado a corda não iria partir com certeza.

Os Srs. Deputados Celino Augusto e António Gata tinham manifestado alguma preocupação com os custos da ligação à A23, pelo que seriam apresentados os custos globais até à data dessa intervenção, pelo menos aqui do Sabugal. Estava-se a falar mais propriamente da intervenção do Regimento de Engenharia de Espinho, aproveitando para dizer que não iam estar na obra, desde o dia 14 de Janeiro até 12 de Fevereiro, por motivo de outro tipo de missões, mas ir-se-ia contabilizar a obra.

Falou também do “Simplex”, que era uma preocupação que era óbvia. Não havia um “Simplex” tipo, para todas as Câmaras, o “Simplex” era um conjunto de medidas de boas práticas, que as Câmaras iam adoptando e que iam introduzindo na sua gestão diária. Por exemplo o Município do Sabugal tinha uma medida que era enquadrada em “Simplex”. Podiam ir ao site da Câmara Municipal e obtinham a emissão de plantas de localização que era uma medida simplex, e havia outras. Obviamente que tudo o que fosse no sentido de simplificar, desburocratizar era bom, era excelente, facilitava a vida aos cidadãos, devíamos estar atentos. Agora, mais que um conjunto de medidas tipo, por exemplo a medida casa pronta era uma medida simplex, também a colaboração dos serviços. O Município tinha que se modernizar, e isto tinha a ver até com a questão que falara anteriormente da questão das telecomunicações e das comunicações, das novas redes, da qualificação do concelho, porque isso era importante. Era importante a inovação, a modernização e o simplex estava dentro dessa linha. Portanto, afirmava que todos eram agentes activos na implementação do simplex autárquico esperando que sim, que fossem todos, inclusive as Juntas de Freguesia e os prestadores de serviços à Câmara Municipal.

Quanto ao tapete na estrada de Sortelha, o Slurry Seal, o Sr. Presidente da Câmara afirmou ter havido um enorme esforço de manutenção da rede viária, no ano passado. Esse esforço estava contido, explanado no plano deste ano que tinha também uma rubrica para continuar esse esforço de qualificação da rede viária e da sua manutenção. A opção fora, nos pisos mais degradados a colocação de pavimento, e nos pisos menos degradados a colocação do Slurry Seal de que havia falado o Sr. Deputado Celino Augusto. Também, e falando de prevenção rodoviária e de protecção do automobilista, concordava que havia essa questão da descida de Sortelha, dos raids de protecção, os quais deveriam ser equacionados e colocados aí como noutros pontos do concelho, constando do plano apresentado uma rubrica dentro dessa área da prevenção rodoviária.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Gata na estrada de Quadrazais, obviamente que era de lamentar o facto, e que também havia ficado estupefacto ao verificar que após se ter deixado a mesma num brinco, chegar e ver as máquinas a cortar, mas imprevistos são imprevistos e a vida é feita desses imprevistos, é de lamentar. Quanto à questão dos passeios que havia falado, obviamente que também o empreiteiro teria que ser responsável e teria que fazer a sua reparação, pois todas as obras tinham as suas garantias. Quanto ao loteamento camarário, estava a falar de espaços públicos, ou espaços privados? Espaços públicos, o Município iria tentar ornamentá-los e dar-lhes a devida dignidade.

Na questão do túnel, por despacho unilateral, sem haver uma consulta prévia à Câmara de Penamacor e do Sabugal, fora entregue a central e a exploração à Associação de Regantes da Cova da Beira, achava que isso até já tinha sido ali abordado em Assembleias anteriores. De qualquer forma acreditava que a água que saía do concelho era um bem publico, mas também era verdade que a solidariedade tinham que ir nos dois sentidos e pensava que tudo que fosse recurso próprio e que pudesse ser colocado no prato da balança para desequilibrar a balança para o lado do concelho seria bom e por aí, pensava que cada um tinha que defender acerrimamente o concelho.

Em resposta ao Sr. Deputado António Robalo disse que quanto ao seu irmão lhe agradecia os elogios, mas de qualquer forma todos haviam entendido a mensagem, que era também uma mensagem de Natal.

Para finalizar respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Aldeia de St.º António às questões que lhe tinha colocado, dizendo que no caso da protecção do gradeamento de que havia falado, já solicitara aos serviços camarários para estudo do assunto e a apresentação de uma proposta de resolução. Quanto aos outros assuntos estava a aguardar precisamente pela evolução dos acontecimentos de negociação com as Juntas de Freguesia, para se poder desenvolver esses projectos, que tanto as Juntas ambicionavam a nível da sua freguesia. Quanto à praia fluvial, havia uma situação que considerava que já se haviam esquecido. É que havia um projecto em curso do parque de campismo do Sabugal e do parque urbano do Sabugal, directamente ligado à praia fluvial. Pensava que todos estavam conscientes de que esse projecto estava a avançar, estava a parceria constituída, o que era uma mais valia para o concelho nessa perspectiva de segurar as pessoas e de terem algum espaço, um parque urbano e um parque de campismo para poderem usufruir. Também, e já que se estava a falar do rio Côa, no Plano de Actividade e orçamento, e nas grandes opções do plano vinha referido

claramente o projecto de qualificação e requalificação das margens entre pontes que seria também um projecto de muita valorização da cidade do Sabugal.

O Sr. Deputado **António Serra** começou por cumprimentar todos os presentes, por desejar a continuação de boas festas e sinceros votos de recuperação imediata do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Continuou informando que não ia fazer nenhuma intervenção, mas sim uma interpolação à mesa, dizendo que se estava na primeira Assembleia, tinha que se ser um pouco tolerantes, mas os membros que não haviam tomado posse, deviam ter tomado posse antes de usarem da palavra. O Sr. Deputado José Cunha, usou da palavra sem ter tomado posse, estava em representação de outro membro que não podia estar presente, mas para falar deveria ter tomado posse, assim como a outra pessoa que foi indicada em substituição de um membro ausente. Quem fazia a chamada do membro que substitui era a mesa, não era o elemento que faltava que nomeava quem ele queria que o fosse substituir. Não sei se era o elemento que se seguia, mas era a mesa que chamava o elemento seguinte da lista.

Concluiu dizendo que a pergunta que queria pôr ao Sr. Presidente da Câmara, era que dissesse ali à frente de todos, qual fora o primeiro ministro e o governo que atribuíra a exploração do túnel da barragem, a energia e as mais valias, gostava de saber quem é que dera esse dinheiro à outra parte?

Em resposta ao Sr. Deputado António Serra o Sr. Presidente da Câmara, respondeu que tinha sido no mandato do Engenheiro Sócrates, que aliás estava familiarizado com os assuntos da Cova da Beira.

O Presidente da Assembleia em exercício, disse que quando se comunica que não se pode estar presente, se deve dizer de imediato quem vai substituir e que, por outro lado, tinham indicado a Sra. Deputada Inês Ambrósio, que tinha sido uma situação pontual, podendo até a sessão ter funcionado apenas com os dois membros da mesa presentes. Disse ainda que em caso de substituição não tinha que haver tomada de posse.

O Sr. Deputado **Manuel Nabais**, secretário da mesa da Assembleia, reforçou a resposta do Presidente da Assembleia e, respondendo ao Sr. Deputado António Serra disse que a lei diz que em regime de substituição o membro que quer ser substituído, indica o membro que o vai substituir, sem tomada de posse. Quando há suspensão do mandato é

que tem que haver tomada de posse do membro que vem substituir. Numa substituição de apenas uma Assembleia, que é o caso de hoje, não há tomada de posse, há só indicação do membro que falta sobre quem o substitui. Isso aliás acontece também quando um Presidente de Junta de Freguesia, indica o substituto para estar presente.

Em resposta ao Sr. Deputado António Serra o Sr. Deputado **António Gata** disse que teria dificuldades em se expressar, mas o que pretendia dizer, fora precisamente aquilo que o Sr. Deputado dissera. A razão da sua intervenção não era essa, a razão da sua intervenção era que o Sr. Presidente da Câmara e, pedia desculpa, mas não havia respondido a essa questão. Respondera a todas, e ficara completamente esclarecido. Aquilo que havia perguntado, era que, depois do Partido Socialista, isto era um facto, ter entregue a exploração da electricidade ao agrupamento de regantes, o que é que a Câmara fizera para impedir que isso tivesse acontecido, qual fora a manifestação de desagrado que a Câmara tivera, qual tinha sido a comunicação que mandara para o governo. Essa tinha sido a sua pergunta, mais nada. Fizera alguma coisa a Câmara de Sabugal, para inviabilizar essa situação?

Respondendo ao Sr. Deputado António Gata o **Sr. Presidente da Câmara** disse que, afinal, ali o ingénuo era ele, pois o Sr. Deputado António Gata já sabia as respostas todas. Assim, não valia a pena estar a perguntar ou então comunicava à Assembleia o facto. Ora estava ali de boa fé e estava-lhe a dizer que não era responsável pela gestão camarária desse tempo. Tinha a sua cota parte, mas não era responsável. Agora era assim, tudo aquilo que lhe queria dizer no final era o seguinte, tudo aquilo que estivesse ao seu alcance para defender os interesses do Sabugal, com ele na presidência da Câmara, o faria e contava também com todos os Srs. Deputados. Fora isso que dissera.

O **Presidente da Assembleia** em exercício, usou da palavra para responder às situações colocadas sobre a ordem de trabalhos dizendo que, de facto, o que a lei diz é elaborar o projecto de regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição. Este **ou**, não era obrigatório, se tivesse **e**, tudo bem. Portanto, a proposta do regimento era da competência da mesa Assembleia Municipal. Esta tinha elaborado uma proposta, era do conhecimento de toda a gente, até porque toda a gente recebera essa proposta. E se verificassem bem, tanto o projecto que agora se apresentava, como o regimento que estava em vigo, os dois eram praticamente iguais, havia apenas meia dúzia de situações

que de facto eram novas e que apenas procuravam de facto melhorar, otimizar o regimento. Gostava de esclarecer a polémica que era a situação do voto secreto e começava por perguntar quem é que tinha medo de um voto secreto? E isto porque, naturalmente, todos conheciam e sabiam que um voto secreto não tinha tanta recriminação como um voto público, de voto de mão no ar ou de pé ou como fosse. Estas formas de votar não tinham tanta liberdade como um voto secreto, disso não lhe viessem dizer o contrário, porque a gente sabia que era assim. Quanto à declaração de voto, se se fosse por esse princípio não havia voto secreto em lado nenhum, tinha que ser sempre tudo às claras. Terminou dizendo que, por estes motivos a mesa mantinha o projecto e a ordem dos trabalhos, da qual era de facto responsável.

Em resposta ao Presidente da Assembleia Sr. Deputado **Manuel Rito**, usou da palavra e disse que lhe parecia que o Sr. Presidente da mesa em exercício não entendera o que ela dissera relativamente ao voto secreto. Tal não tinha nada ver com liberdade, tinha a ver com ilegalidade. Uma inspecção recente ao Município do Sabugal, metera-se exactamente com um assunto, por não ter expresso em acta os votos contra, na votação do Plano e Orçamento. Por isso parecia-lhe ilegal essa situação. Além dessas surgiam-lhe dúvidas sobre outros princípios que o actual regimento ali punha. Assim, o projecto de regimento, na sua opinião devia ser consensualizado e fora só isso que dissera, e insistia para que fosse votado o requerimento que apresentara à mesa.

Sobre o assunto o Sr. Deputado **José Clemente**, tomou a palavra para dizer que as pessoas deveriam inscrever-se e a mesa tomar nota disso, para não se entrar em diálogo, porque se se abrisse um precedente, também ele poderia também querer esse direito e então isto nunca mais acabava.

ORDEM DO DIA

De seguida, e antes de se entrar propriamente no período da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia** passou a ler a proposta do Sr. Presidente da Câmara a fim de ser retirado da ordem do dia, o ponto 13º - (Eleição dos representantes do Conselho Geral da Empresa Municipal do Sabugal +), a quem passou a palavra para esclarecimento.

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que quando foi agendada a ordem de trabalho da reunião, tinha solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia a inserção deste ponto da ordem. Visto que neste momento ainda não estava nomeado o Conselho de Administração, achava portanto de bom-tom a retirada desse ponto, pelo que era isso que solicitava à mesa, pôr esta situação à consideração de todos.

Posta à votação a retirada deste ponto, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Depois desta votação o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado **António Serra** que começou dizendo que uma vez que não pudera fazer aquela intervenção, ia usar esta forma de declaração de voto. Como era público, houvera algum mal-estar no início do funcionamento do executivo, por causa do assunto da empresa Sabugal +. Era com muita tristeza que ao fim de 35 anos de democracia, se verificava no concelho do Sabugal um saneamento político, porque era disto que se tratava. No fundo era um saneamento político, quando as forças da oposição de uma forma negativa, afirmavam “todos os nomes menos esse”, isso para ele era politica, pura e dura, apenas saneamento político. Quando se argumentava que o executivo municipal não podia ter três vereadores a tempo inteiro, quando era uma oferta que, em espírito de colaboração, o Sr. Presidente da Câmara, fazia à oposição de um lugar que podia ser rotativo, enquanto que em todos os municípios do Distrito ou até da região da Beira Interior, se funcionava com 3, 4 e 5 vereadores a tempo inteiro, aqui, aqui d’el Rei, que não se podia aumentar a despesa. Quando se chegava à nomeação do Conselho da Empresa Sabugal +, podiam-se aumentar dois cargos a tempo inteiro, porque aí sim, aí já não fazia falta nenhuma haver gastos de dinheiro do Município.

O Sr. **Presidente da Assembleia** interrompe a intervenção para chamar à atenção do Sr. Deputado António Serra, dado esta não se tratar de uma declaração de voto e estar fora da questão que se estava a discutir.

O Sr. Deputado **António Serra** continua a sua intervenção, dizendo que voltava a repetir esta sua intervenção, que era dura de ouvir, mas que iriam ouvi-la.

PONTO 1 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No seguimento, e entrando directamente no período da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia** toma a palavra e informa que como já tinha referido, a mesa considerava manter a ordem de trabalhos, pelo que se passava para a discussão, votação e aprovação do Regimento Municipal, sobre o qual passava a ler a proposta entrada na mesa: *“Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 58º em vigor, compete à mesa da Assembleia elaborar o projecto de regimento da Assembleia Municipal. Ora na minha opinião esta redacção pressupõe que antes de ser discutido em plenário o projecto de regimento deve ser concertado entre os diversos grupos municipais. Assim proponho que o ponto 1 da ordem de trabalhos seja retirado da ordem do dia, que se discuta previamente o projecto com todos os grupos municipais e seja submetido a plenário após a sua consensualização.”*

Posta à votação a mesma foi aprovada por maioria com 39 votos a favor, 25 votos contra e 6 abstenções.

Concluída a votação o Sr. Deputado **Celino Augusto** faz uma declaração de voto, dizendo que tinha votado contra esta proposta, por achar que estavam criadas todas as condições para se votar este projecto de regimento, como também para propor alterações, quando ainda por cima tinha sido um membro da Assembleia que tinha referido ao Sr. Presidente da Assembleia que a responsabilidade da apresentação do projecto seria deste e não passando pela criação de uma comissão.

No seguimento o Sr. Deputado **João Manata**, toma a palavra e disse que havia votado favoravelmente a proposta do Sr. Deputado Manuel Rito, pela simples razão que tendo falado com um jurista seu amigo e que está ligado a estas questões de regimentos e da lei autárquica em geral, a sua opinião era idêntica à do Sr. Deputado Manuel Rito, dizendo que essa questão do orçamento é profundamente ilegal ser por voto secreto. E já agora se é tão legal porque é que não põem por voto secreto na Câmara? Porque é que há-de ser só na Assembleia? Então sigam o mesmo princípio e opte-se pelo voto secreto na Câmara Municipal, também.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **José Robalo**, para dizer que, em primeiro lugar se queria congratular por uma razão simples, acabara de funcionar em pleno, contra a vontade de alguns, democracia. Todos haviam votado livremente, não houvera ali “casaquismo” de voto. E queria dizer uma coisa, alguém fizera uma intervenção, já não sabia quem, querendo dizer ou sugestionando que era possível mover consciências e as pessoas votarem em liberdade, por voto secreto. Houver ali intervenções não sabia de

quem, a querer dizer que havia pessoas na assembleia que não sabiam votar. E perguntava, se era assim que tratavam os seus colegas de bancada? Se era isso que pensavam dos seus colegas? Ou tinham medo? Continuou dirigindo-se directamente ao Sr. Presidente da Assembleia, e afirmando que era politicamente vergonhoso, aquilo a que acabara de assistir, pois o Sr. Presidente tudo havia feito para não pôr a votação aquela proposta. Houvera insistência do Sr. Deputado Manuel Rito, houvera insistência do Sr. Deputado António Serra para que aquela proposta fosse votada, e era vergonhoso, politicamente era vergonhoso. E queria dizer ao colega ainda mais, que ainda bem que só ia ser presidente hoje, que viesse rapidamente o Engenheiro Ramiro, porque ele tudo havia feito para impedir que a democracia funcionasse, tudo havia feito para que não houvesse votação da proposta.

Queria ainda dizer que um regimento devia ser um documento curto, consensual. Um regimento não era um documento para conflitos, o regimento era um documento para operacionalizar os trabalhos e para isso deviam ser chamados todos, não só aqueles que representavam o Partido Socialista e o Partido da Terra, eu não sei se existe esse partido. Mas a CDU estava presente, o CDS tinha um representante e o PSD também estava ali, e os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia que não se identificavam com nenhum partido e que também queriam ter voz.

E terminava congratulando-se por mais uma vez ter funcionado contra a vontade de alguns a democracia.

Em defesa da honra o **Sr. Presidente da Assembleia** respondeu dizendo que naturalmente os objectivos do Sr. Deputado tinham o valor que tinham. Mas que para ele não tinham valor nenhum. Não estava ali a defender uma situação política, estava a defender apenas uma decisão que fora tomada dentro das suas competências pela mesa da Assembleia Municipal e pelo Sr. Presidente. A ordem de trabalhos era efectivamente da responsabilidade da mesa da Assembleia Municipal, e fora considerada, pela interpretação que se dera, que estava absolutamente correcta. Toda a gente tinha conhecimento, tudo bem que era um projecto mas um projecto que não caíra ali de repente. Não tinha sido a primeira vez que as pessoas tinham lido o projecto, por isso evitassem as insinuações, pois havia simplesmente uma questão que era a tal do ponto secreto.

Se era de facto pela lei como o Sr. Deputado Manuel Rito dissera, segundo uma inspecção, e era verdade, acreditava e não punha em dúvida, portanto se calhar com esta

situação antecipava-se um possível problema de se estar a incorrer em ilegitimidade nesta aprovação. De qualquer modo gostaria de facto que não se confundissem situações, pessoas e também que se tivesse mais cuidado com os objectivos a atingir.

De seguida tomou da palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** e disse que o que o tinha levado a votar contra, fora apenas porque em mandatos anteriores o regimento tinha sido sempre aprovado no dia em que tinha sido apresentado à Assembleia, que nunca tinha havido consultas prévias, portanto não sabia qual era a preocupação. Dirigindo-se ao Sr. Deputado José Robalo disse que ele também não entendia algumas coisas que constavam do regimento, nomeadamente certas terminologia aplicada, mas que nunca tinha havido anteriormente essa preocupação nem discussão previa a não ser na hora da votação.

O Sr. Deputado **António Gata** usou da palavra para fazer uma declaração de voto, e dizer que votava sempre em consciência, independentemente da forma que fosse feita, que não tinha qualquer tipo de receio em o fazer e que tinha acabado de o demonstrar, mas que não podia de deixar de dar a sua solidariedade ao Sr. Presidente em exercício da Assembleia Municipal, depois da situação pela qual tinha acabado de passar.

De seguida o Sr. Deputado **Roberto Silva** disse que tinha votado contra, pela simples razão que o requerimento apresentado à mesa era castrador no sentido de retirar à discussão o regimento da Assembleia. Os pontos poderiam ter sido discutidos, que ele próprio não concordava com todos eles, que faltavam coisas no regimento, que era um regimento autoritário e castrador da palavra, visto que não dava direito de resposta ao deputado que punha a questão, pelo que tinha votado contra. Que a democracia vivia da discussão, que se poderia ter chegado a um acordo, ter procedido à alteração de certos pontos e aprovado o regimento, sem ter acontecido nada do que se tinha passado. Tinham-se ali passado cenas que não eram nada abonatórias de um país democrático e de uma Câmara democrática.

O Sr. Deputado **José Robalo** usou da palavra dirigindo-se ao Presidente da Assembleia e esclareceu que o que dissera do Presidente da Assembleia Municipal e os adjectivos que utilizara, o dissera de um ponto de vista político, pois considerava que aquilo que ali se acabara de passar fora isto, era isso que pensava. O Sr. Presidente tentara por

todos os meios impedir que houvesse votação do requerimento do Sr. Deputado Manuel Rito, fora disso que ficara convencido. Estava a falar politicamente, não mais do que isso, e era disso que estava convencido. Na sua resposta, a sua boca ia para a verdade, mas depois acabara de não dizer, porque de facto este requerimento tinha sido discutido entre outras pessoas que não as que fazem parte deste grupo.

Em relação ao Sr. Deputado Roberto Silva, queria dizer-lhe, que se o seu partido não o indicasse para discutir este regimento, que o faria com prazer dentro do seu partido. E concluiu, dirigindo-se à bancada do PS, que deviam dizer ao Sr. Deputado que era um homem inteligente, capaz para discutir o regimento, numa comissão. Agora achava que todos os Deputados deviam intervir na discussão do documento, não só alguns.

Em resposta ao Sr. Deputado José Robalo o **Presidente da Assembleia** disse que estava ali a tentar defender o que estava previamente estabelecido em Ordem de Trabalhos. Quem era ele, para tentar impedir qualquer requerimento ou votação da Assembleia, e que se assim fosse seria uma tontice da parte dele pensar que poderia conduzir a Assembleia para aqui ou para acolá.

PONTO 2 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO IRS (5%)

Iniciou-se então a apreciação do ponto dois da ordem do dia, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para proceder às explicações necessárias.

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que esta situação era recorrente nas assembleias, pois havia necessidade de tomada de posição relativamente à cobrança ou não daquela participação variável no IRS por parte do município. O assunto fora levado à reunião de Câmara no dia 06.11.2009, e a Câmara, perante uma informação técnica, e ponderando os prós e os contra de uma medida deste tipo, até porque, também tinha sido recorrente em anos anteriores, haver intervenções no sentido de a Câmara Municipal abdicar destes 5% ou poder haver aqui um meio termo, o Executivo por unanimidade havia deliberado manter a arrecadação dessa taxa de IRS, que em termos de receita Municipal no ultimo ano fora de 156.000 euros.

Informou ainda que na análise feita o Executivo tinha concluído que o Executivo Municipal até tinha neste momento um excesso de fiscalidade, tendo compreendido da análise feita que não iria beneficiar a maioria da população do concelho com uma

eventual libertação de IRS. No entanto, colocava o assunto para apreciação e votação da Assembleia Municipal, dizendo que as famílias mais carenciadas não seriam atingidas, porque nem descontavam IRS, e que para a Câmara Municipal são importantes os 156.000 euros, já que tem poucas receitas próprias.

O Sr. Deputado **António Gata**, depois de ter ouvido as palavras do Presidente da Câmara usa da palavra dizendo que pensava que este era um ponto onde o Sr. Presidente da Câmara podia ter colocado a sua matriz, sendo uma receita que a Câmara Municipal arrecadava, que era só dada por alguns e pelos que tinham domicilio fiscal no concelho do Sabugal, só por esses e por mais ninguém. Pensava que podia ali estar uma forma de canalizar directamente para as questões sociais este montante que está em causa e estaria completamente de acordo se esta verba viesse em rubrica, canalizada exclusivamente para as questões sociais.

Assim não iria votar contra, não interessava, mas queria deixar bem vincada a sua posição de que este assunto não era tão simples como parecia, era um assunto delicado e pensava que verbas que alguns pagavam, serem canalizadas para obras com que outros não concordavam não era correcto.

Respondendo ao Sr. Deputado António Gata o Sr. Presidente da Câmara disse que percebia e entendia o alívio moral de efectivamente essa receita ser destinada a rubricas no plano da área social, mas como lhe diriam outros melhores que ele, as receitas não são consignadas, ou seja não podemos tomar uma deliberação em reunião de Câmara para que diga, são 150.000€ que ficam para a recuperação da habitação dos carenciados. Moralmente fica com esse alívio de que efectivamente se está a fazer aquilo que acabou de dizer.

De seguida o Sr. Deputado **Joaquim Leal** usou da palavra dizendo que gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, que não tinha entendido muito bem, qual tinha sido a votação desta proposta no Executivo Municipal, pois em função da resposta que ia obter, continuaria ou não a sua intervenção.”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que tinha sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado **Joaquim Leal** informou então que, apesar de ter uma opinião divergente, não queria estar ali a manifestá-la, por uma questão de não estar a ocupar o tempo, mas que respeitava a posição do Executivo.

De seguida o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal**, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e dizendo que como havia dito o Sr. Presidente, isto era uma situação recorrente, e que mais uma vez dizia que pensava que competia ao governo central apoiar e incentivar as famílias e os empresários a manterem a sua residência no interior. Mas não acontecendo tal, pensava que o Executivo Municipal devia ou podia dar um pequeno contributo para que as famílias e os empresários que aqui mantivessem a sua residência fiscal, podia não ser muito mas havia muita gente que trabalhava Concelho, havia empresários em nome individual e pessoas que recebiam o seu salário e que podiam beneficiar alguma coisa com isto. Não seria muito, mas também sabia que havia pessoas que aqui residiam ma mantinham a residência fiscal fora e se houvesse um pequeno incentivo, talvez pudessem mudar para cá e os 156.000€ até podiam aumentar.

Pensava e sempre havia pensado e se havia debatido por isso. Deveria haver por pequeno que fosse, um pequeno contributo do Município para aqueles que mantinham aqui o seu domicílio fiscal.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** usou da palavra referindo que este era um assunto que tinha tocado ao longo dos últimos 4 anos. Achava que era uma questão de moral, um concelho do interior onde todos os dias se houvem queixas de abandono, de não fixação da população, era uma questão de moral e de consciência aplicar todas as medidas possíveis ao alcance da Câmara Municipal para a fixação de população.

Talvez não seja um incentivo viável, porque é pouco dinheiro, mas é, pelo menos, uma questão moral e de justiça que a Câmara diga, fez-se isto. Prescindir-se de alguma parte da percentagem, não significava que fosse o total, poder-se-ia começar por baixar, eram 156.000€, pensava que não era um orçamento tão relevante na Câmara nem um orçamento das famílias, mas era meramente uma questão moral. Com que moral podia a Câmara Municipal dizer, ou nós poderíamos dizer que queremos fixar população, quando pequenas medidas que são mais medidas políticas do que propriamente económicas, estavam ao alcance da Câmara, podiam ser tomadas, e enquanto esta

Assembleia tomar esta decisão, continua-se a pactuar com isto. E concluiu dizendo que são pequenas medidas que fazem a fixação das pessoas no interior.

O Sr. Deputado **Manuel Joaquim Rito** tomou da palavra para dizer que não fazia ideia de intervir, porque até pensava que a verba era maior, mas ao ver que a verba do orçamento não era uma verba muito grande, estava plenamente de acordo com o ultimo interveniente, o Sr. Presidente da Junta do Baraçal e com o Sr. Deputado António Gata. Muitas vezes tinha que se dar um sinal, porque estava-se sempre a dizer que as pessoas se iam embora, que os investidores não investiam, que as pessoas iam viver para a Guarda, que ao fim ao cabo havia desertificação, que deveria ser um pequeno sinal do executivo ter dado qualquer sinal e dizer, “nós estamos com os investidores, nós estamos com quem quer residir no concelho, nós estamos com quem quer trabalhar no concelho, portanto vamos unir esforços”.

Este sinal não tem sido dado e quando a Câmara tem oportunidade de o dar não o dá.

A estas intervenções o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que o que estava a votação era essa tomada de posição do Executivo Municipal. Compreendia as razões apontadas pelos intervenientes, eram plausíveis, que também eles no executivo tinham discutido essas situações dessa forma, mas no entanto, e de verdade, era mais um sinal político do que um efeito económico da situação. Mas que pensassem nos custos sociais com os transportes escolares, com as refeições escolares, do plano de refeitórios espalhados pelo município, do fornecimento de água, do fornecimento de serviços como o saneamento, entre outros, que não tinham visibilidade política, mas que tinham efeitos económicos. Informou ainda que até à sessão de Abril, teria que ir à Assembleia, um novo regulamento de taxas, tarifas e licenças, que deveria já estar pronto a cobrança no início de Janeiro, não tendo sido possível, a mesma viria a uma próxima reunião da Assembleia até ao mês de Abril e que teria que ser tomada uma atitude relativamente à situação, dando oportunidade a cada um dos presentes se manifestar. No entanto o que estava em causa era a proposta de manter o 5 % do IRS.

Posto o assunto a votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

A fim de fazer uma declaração de voto, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. **Presidente da Junta de Baraçal** que esclareceu que tinha votado a favor, tendo em

conta o esclarecimento dado pelo Sr. Presidente da Câmara, ficando à espera do mês de Abril ou Maio para discutir estes e outros assuntos.

A Sra. Deputada **Marisa Martins**, depois de cumprimentar todos os presentes e de desejar um feliz 2010 disse só querer reforçar que tinha votado a favor, e é um contra-senso sendo contra, porque realmente considerava que seria o ideal seria, mas no conjunto, não havendo mais nada, isto é, sem mais medida nenhuma de grande essência para fixar pessoas no concelho, não viam a necessidade de realmente ter 0%, que só faria sentido com outras medidas de apoio à fixação de pessoas.

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GOPS DO MUNICÍPIO PARA O ANO 2010\2013, ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2010 E MAPA DE PESSOAL PARA 2010.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos sobre este ponto.

O Sr. Presidente da Câmara fez a leitura dos seguintes considerandos introdutórios:

“O ano 2010 marca o arranque do mandato autárquico 2009/2013, num enquadramento político municipal novo, caracterizado por uma maioria relativa no executivo municipal que nos exige um elevado domínio das competências, a responsabilização acrescida a cada um e muita clareza na acção diária dos intervenientes, sempre no objectivo comum de tornarmos o nosso Concelho mais próspero, mais amigo e mais moderno.

Exige-se também que os órgãos funcionem e saibam a cada momento gerir expectativas no mandato conferido pelos Cidadãos do Município do Sabugal para o período de tempo em referência, mas num quadro de grandes dificuldades e incertezas ao nível do desenvolvimento económico-financeiro de Portugal, da Europa e do Mundo, deixando muitas interrogações para a gestão da sustentabilidade financeira das opções assumidas.

Este quadro de referência exige uma gestão autárquica que saiba fazer bem o equilíbrio entre o realismo e a ambição, a sustentabilidade dos investimentos e dos serviços prestados e o aproveitamento da extraordinária oportunidade dos Fundos Comunitários do QREN 2007/2013, que tanto tardam em chegar.

Nada de novo no que respeita à filosofia de base. É nesta ambiência que devemos fazer a gestão do mandato 2009/2013.

À dimensão municipal que serve de referência à gestão da CMS, junta-se a dimensão intermunicipal, a dimensão nacional do trabalho de interacção com outros Municípios e com o Governo de Portugal, numa exigência de diferenciação positiva dos territórios rurais do País.

As parcerias institucionais, com diferentes formatos legais, vão ter um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento de importantes objectivos. Com a nossa participação e/ou liderança estaremos a trabalhar em parceria para a concretização de projectos de dimensão municipal, regional e nacional: As Associações com Municípios (da Cova da Beira, do Vale do Côa, das Aldeias Históricas, das Termas de Portugal, etc.); Das Instituições e Associações Locais (Desportivas, Culturais, Recreativas, Humanitárias, etc.) são alguns dos principais exemplos. Teremos sempre em lugar importante e cuidado a cooperação com as Associações, Juntas de Freguesia e Empresas do Município.

As “Grandes Opções do Plano” da CMS para 2010 têm como matriz a materialização de grandes obras em curso, (Parque Termal do Cró, Troços de Ligação A23/Fronteira, Infra-estruturas de Acolhimento Empresarial, grandes compromissos assumidos.). Abre-se a porta a projectos, que não sendo novos, são-no na vontade de lançar em obra em 2010, tais como os Centros Escolares do Sabugal e Soito, a Requalificação das Margens do Côa entre Pontes e a Rede para a Educação e Conhecimento, entre outros. Salaria a forma particular de apresentação do PPI e das acções mais relevantes. Deixa-se a possibilidade de um acréscimo de responsabilização e de maior participação na decisão aos elementos do executivo e grau de maior exigência aos técnicos do município na programação e concretização das actividades que emergem directamente da actividade municipal (nomeadamente Feiras, Encontros, Certames, Conferências, Actividades Culturais, etc.). Da legítima expectativa dos meus colegas de executivo e quicá alguns srs. Deputados municipais quererem ver já este ano explanado um plano plurianual mais ambicioso, com todas as acções previstas no Plano de acção por mim proclamado no prévio ao acto eleitoral do pretérito dia 11 de Outubro direi que é para mim mais importante neste momento assegurar o normal funcionamento da Câmara do Sabugal, imprimindo uma gestão responsável, sustentável e cumpridora, transparente e rigorosa, zeladora pelo bom aproveitamento das oportunidades e pela resolução dos problemas dos Cidadãos. Deixarei para a segunda parte e com o tempo de maturação necessário a composição da tal matriz, assegurando desde já a pretensão desmedida de contar com todos no prosseguir da enorme tarefa lançada em 2006 de discussão da Agenda 21 Local. Pretendo que esse seja o verdadeiro desafio a todos para que através dos fóruns e encontros da Agenda se possa construir uma plataforma alargada de trabalho e de encontro de projectos e causas comuns que devem culminar com a nova visão do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o Sabugal do Futuro. Espero sinceramente que dessa forma seja possível perspectivar o novo PPI, porque acredito que é sempre mais forte o que nos une, do que aquilo que nos separa. É esse desafio que humildemente vos deixo para o ano de 2010! Da parte da Câmara e dos Serviços Municipais fica toda a disponibilidade para a liderança de processos!”

Depois da introdução feita pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Valongo** usou da palavra, começando por desejar boa noite e um bom ano a todos os presentes.

De seguida dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara perguntou: “Qual foi o resultado da votação da Câmara?”

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Valongo, o Sr. Presidente da Câmara informou que a votação do executivo da Câmara tinha sido de 4 Abstenções e 3 votos a favor.

De seguida o Sr. Deputado **Manuel Rito** toma a palavra para falar a favor do Plano e Orçamento e das grandes Opções do Plano. Obviamente era de continuidade, e congratulava-se com a proposta do Sr. Presidente da Câmara, com a revisão do Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Concelho do Sabugal. Considerava que fazia todo o sentido, e que era por aí que podiam ser traçados caminhos de consenso. Não

podia, no entanto, deixar de referir obviamente que o plano continuava condicionado, porque os fundos comunitários deveriam ter entrado em vigor em 2007 e estava-se a 3 dias de 2010 e sabia que a Câmara do Sabugal ainda não recebera qualquer aprovação do QREN. A contratualização da Comurbeiras, estava feita mas os projectos nunca mais avançavam. O PRODER estava feito, mas as candidaturas ainda não se podiam fazer, etc, etc.

No entanto, não podia deixar de se referir às grandes obras em curso. A ligação A23 – Fronteira tinha um troço feito pelo militares, que concluiriam presumivelmente a obra no mês de Maio, se fossem cumpridos os objectivos traçados, na última reunião que houve com os senhores do Regimento de Infantaria de Espinho. Ficava ali pendurado se não se fizesse ali a ligação entre a estrada da Guarda e o alto de Pousafoles, projecto que estava orçamentado em quatro milhões de euros, bem como a ligação entre o Ribeiro do Bufo e a Quinta da Ribeira (Bendada) que custava 800 mil euros. A realização destes dois troços, com um custo estimado de quatro milhões e oitocentos mil euros de orçamento, permitiria já nesta fase que as comunicações internas do Concelho do Sabugal, nomeadamente da zona da Bendada com a sede de Concelho e com a zona da Raia e Vice-Versa, pudessem entrar em funcionamento com mais brevidade.

Afirmou de seguida que a Câmara Municipal do Sabugal tinha uma capacidade de endividamento legal, de cerca de 13 milhões de euros, de que teria utilizado, até ao momento, cerca de quatro milhões e meio de euros. Tinha um empréstimo a decorrer que poderia ser utilizado ou não na sua totalidade. Portanto, propunha que a Assembleia Municipal recomendasse ao executivo que, com a brevidade possível, procedesse à contratação do empréstimo para concluir os troços referidos, o que permitiria com mais legitimidade exigir do governo, como aliás foi feito no anterior mandato, a ligação da Quinta da Ribeira ao nó de Massainhas, projecto intermunicipal com Belmonte, e a variante ao Sabugal cujo projecto já estava executado e que custava cinco milhões de euros. Pensava assim que se teria mais legitimidade para o fazer se a obra estivesse feita.

Havia capacidade de endividamento legal, as famílias quando precisavam de casa também recorram ao banco para terem casa mais depressa, portanto usasse-se o endividamento, concluísse-se o projecto, pois quanto mais depressa se terminasse mais depressa se poderia viver melhor.

Concluiu propondo que a mesa pusesse a votação esta recomendação ou seja que se recomendasse ao executivo que utilizasse a capacidade de endividamento legal de que

dispunha para fazer face às obras que não estavam contempladas, relativamente à ligação A 23 – Fronteira, nomeadamente, ligação Sabugal – Guarda – Alto de Pousafoles e ribeira do Bufo – Quinta da Ribeira.

Foi então dada a palavra ao Sr. Deputado **Nuno Teixeira** que passou a ler o documento que se transcreve:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

A análise exaustiva que o Grupo Político do Partido Socialista fez dos documentos apresentados pelo Executivo Municipal a esta Assembleia, referentes às Grandes Opções do Plano, leva-nos a concluir estarmos perante uma proposta que, claramente, não serve os interesses do Concelho do Sabugal.

E permito-me, lembrar aqui que dissemos e repetimos vezes sem conta antes e durante a campanha eleitoral que:

Faltava ao Sabugal, antes do mais, uma cultura de progresso, que criasse condições e envolvesse todos – entidades públicas, associativas e privadas, individuais e colectivas -, num projecto de desenvolvimento do Concelho.

E se algumas dúvidas tivéssemos sobre a incapacidade de o PSD em definir uma estratégia de desenvolvimento sustentado e sustentável para o Concelho, os documentos agora apresentadas são a demonstração absoluta do que pensávamos e afirmámos. Propostas de continuidade face ao anterior Executivo Municipal, estas propostas são mais do mesmo, isto é, assentam numa lógica de resignação e de desânimo, como se o Executivo Municipal do PSD não acreditasse ser possível alterar o estado a que chegou o Concelho do Sabugal:

- *Crescente desertificação das nossas terras - o Concelho perde entre 1991 e 2001 12,1% da sua população e entre 2001 e 2007 esta tendência mantém-se, com uma variação negativa de 9%, isto é, em 1991 viviam no Concelho 16.919 pessoas e em 2007 somente 13.533;*
- *Envelhecimento da população, pois em 2007 4.809 sabugalenses tinham mais de 65 anos, contra apenas 1.137 com idade inferior a 15 anos.*
- *Baixa competitividade territorial, que se revela na incapacidade de atrair empresas e de criar empregos, mas que se revela igualmente no baixo nível de formação dos sabugalenses em idade activa.*
- *Incapacidade de afirmação do Concelho enquanto destino turístico, apesar das condições excepcionais que possui, do ponto de vista natural e histórico-cultural.*
- *Insuficiente capacidade de utilização dos fundos comunitários, com reflexos evidentes nos investimentos públicos efectuados no Concelho.*

E a esta situação, quais as respostas contidas nas Grandes Opções do Plano, em discussão?

Vamos então aos números, o que quer dizer às opções do Executivo Municipal.

Se somos cada vez menos e cada vez mais velhos; se não conseguimos fixar jovens então estamos perante um grave problema social.

Estaremos?

A resposta do Executivo Municipal parece indicar que não, pois ao Objectivo “Acção Social” são atribuídos nas GOP, pasme-se, 98.000 euros!

E se lhe juntarmos o Objectivo “Saúde Pública”, com uma verba de 10.000 euros, então estamos conversados.

Que políticas de apoio aos jovens e à sua fixação e criação de família?

Que políticas de incentivo à maternidade?

Que políticas de apoio à terceira idade?

Que políticas de melhoria do acesso das populações aos serviços de saúde e aos serviços públicos, sobretudo as mais idosas e as mais afastadas da sede do Concelho? Que políticas de apoio à coesão social e de combate a situações que todos conhecemos de exclusão social?

A isso a resposta está dada, 100.000 euros e já vão bem...

Mas continuemos...

Um dos mais graves problemas com que o Concelho se defronta tem a ver com a insuficiente formação de base e profissional da nossa população em idade activa:

- 1 em cada 3 trabalhadores só têm, falando à antiga, a 4ª classe;

- cerca de metade, possuem habilitações iguais ou inferiores ao 2º Ciclo (antigo Ciclo Preparatório);

- não há no Concelho qualquer Escola Profissional.

E a isto, o que responde o Executivo Municipal?

É verdade que se propõe gastar 1,9 milhões de euros com o Objectivo “Educação”, mas 1,15 milhões vão para a construção dos Centros Educativos do Sabugal e do Soito (curioso que ainda ninguém viu os Projectos destes Centros mas já se prevê a sua construção..).

Relembro aqui que nas GOPs apresentadas há um ano se previa gastar em 2010 2,3 milhões nestes dois Centros e mais 1,5 milhões nos Centros Educativos do Médio Côa e do Sabugal Oeste, valor que, agora passa para, não me enganei a ler, 2.000 euros!

O resto do dinheiro que se prevê gastar neste na Educação vai para despesas de manutenção e funcionamento do Parque Escolar e nada mais...

Relembro que o PS se propunha realizar coisas como:

- transformar as Escolas do Concelho em "Escolas Digitais";

- criar condições para que todos os jovens em idade escolar tivessem formação em tecnologias de informação e comunicação;

- criar no Concelho um Centro de Formação de Excelência dos níveis III e IV.

Mas propúnhamos também que a Autarquia tudo fizesse para garantir que todos os sabugalenses com idade activa possuíssem, pelo menos, o 9º ano de escolaridade e que todos os trabalhadores das Autarquias Locais possuíssem o 12º ano de escolaridade.

Que diferença entre as nossas propostas e o que este Orçamento nos revela...

Porque não quero alargar muito esta primeira intervenção do Grupo Político do PS, e antes de passar a dois pontos que considero essenciais no Documento em análise, deixo algumas notas telegráficas:

- 1. Como é possível que num Concelho onde, parece mentira mas infelizmente é verdade, ainda há freguesias com problemas graves de abastecimento de água e de saneamento, o Plano de Investimentos preveja somente 414.000 euros, dos quais mais de metade numa única anexa, as Lameiras? Lembrem-se quanto estava previsto gastar no Orçamento de 2009? Eram mais de 3,4 milhões (8 vezes mais...).*
- 2. E onde fica o apoio à reabilitação urbana das nossas freguesias, quando tirando os 145.000 euros destinados ao Sabugal, nada mais resta?*
- 3. E para a Cultura, Desporto e Tempos Livres estão definidos, calculem, 70.000 euros, e lá aparecem mais 276.000, acobertados na figura de "Financiamento não definido" que é uma forma de dizer, "logo vê se se faz..."*
- 4. E que dizer da Defesa do Meio Ambiente, se não que se está perante uma proposta inacreditável...*

Tirando os mais de 720.000 euros para a recuperação das margens do Côa entre pontes na cidade do Sabugal, sobram pouco mais de 200.000 euros, dos quais, nem eu acredito nisso, 10.000 euros para a Defesa da Floresta!

Como disseram os Vereadores do meu Partido, "Questões como a eficiência energética, a utilização de energias renováveis nos edifícios autárquicos, as questões da Agenda 21 Local, a limpeza e tratamento das linhas de água, a aquisição de uma frota automóvel autárquica limpa, a criação de Parques Urbanos, etc. etc., não constituem prioridades suficientes para que as mesmas integrem a Proposta Orçamental para 2010!...

- 5. E para que não digam que nada de bom o Grupo Político do PS encontra nesta Proposta, tenho de louvar o esforço orçamental do Objectivo "Sabugal Concelho Digital", que representa mais de 5% do total e que, a concretizar-se, será um bom instrumento de apoio ao desenvolvimento do Concelho.*

E vamos ao que o Executivo Municipal parece considerar importante: o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público e as Comunicações e Transportes com 6,5 milhões de euros cada.

Parece muito, mas vamos "esmiuçá-los", para perceber que nem sempre o que luz é oiro!

Em primeiro lugar, aqui vêm mais alguns investimentos no sector do abastecimento de água às Freguesias (540.000 euros), mas pela leitura do proposto, rapidamente se percebe que com o previsto os problemas de abastecimento de água não vão ficar resolvidos...

E chegamos ao Turismo com 3,8 milhões de euros! Mas mais uma vez a desilusão. É que desta verba 3,8 milhões são para as termas do Cró, ficando uns míseros 20.000 euros (novamente não me enganei a ler...), para o desenvolvimento de um sector que todos consideramos prioritário!

Mas é no que diz respeito às Actividades Económicas que o nosso espanto é maior.

É que tirando os compromissos com o Pólo Empresarial do Soito, com a Zona de Localização de Empresas do Alto do Espinhal, restam 510.000 euros, para aquisição de terrenos...

É esta a resposta que o Executivo Municipal pensa dar em 2010 para fomentar o desenvolvimento económico do Concelho do Sabugal?

Para nós, isto demonstra de forma clara e definitiva que, mais uma vez, tínhamos razão ao dizer que estes iriam ser quatro anos perdidos...

Por último o Objectivo "Comunicações e Transportes"

E neste ponto teremos de reafirmar de forma inequívoca que consideramos que o Executivo Municipal do PSD erra ao manter a sua teimosia face à ligação à A23, com verbas previstas para 201 de 4,1 milhões de euros!

Mandaria o bom senso que, honrando os compromissos já assumidos, se parasse para pensar, não continuando a enterrar dinheiro em novos investimentos sem, previamente, se reanalisar se esta é a melhor opção. Até porque parte desta solução pertence ao Concelho de Belmonte...

As opções não se esgotam nesta, havendo possibilidades de estabelecer parcerias com as Estradas de Portugal e com os Municípios vizinhos, seja a Guarda, seja Belmonte, para o reperfilamento das actuais ligações à A23/A25 no Barracão e à A23 em Caria.

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, penso ter deixado claro o desagrado e a desilusão com que ficámos, os Deputados do PS, ao ler e analisar as Grandes Opções do Plano apresentadas a esta Assembleia, as quais vêm demonstrar que, este Executivo não reúne as condições para ser o motor do desenvolvimento do Concelho do Sabugal.

E por isso nos revemos na posição tomada pelos nossos vereadores, aquando da votação da mesma em Reunião de Câmara, e que transcrevo:

“Este não é, nem poderia ser o nosso Orçamento.

Não nos revemos no mesmo, pelo que não podemos aprová-lo!

Mas não nos revemos naqueles que, tirando proveito da não existência de um governo maioritário, pensemos em obrigar quem mais votos teve, a governar segundo o Programa de quem não ganhou.

E por isso, se este é o Orçamento do Executivo Municipal do PSD, então, pese embora o nosso pensamento profundamente negativo sobre o mesmo, vamos abster-nos na votação.”

De seguida o **Secretário da Junta de Freguesia de Rebolosa** (em substituição do Presidente da Junta) começou por desejar boa noite a todos os presentes e disse que vinho à Assembleia Municipal aqui uma vez por ano em substituição do Presidente, tendo levantado 4 anos antes este mesmo problema, que é a ligação condigna entre Rebolosa e Aldeia da Ponte, porque a mesma não estava presente nem nas GOPS, nem no Orçamento desse ano. Hoje, analisando estes dois documentos, com tristeza não descobria nenhuma verba destinada a esta ligação. Gostava de questionar o Executivo para saber se essa obra, é mais uma vez só uma promessa eleitoral, ou se é para fazer. Esta ligação favorecia grandemente duas Aldeias que, apesar de interiores, lutam para não perder municipais. Já agora fala-se muito da ligação A23 – Fronteira, nesse prisma gostava de saber qual o trajecto decidido entre o Soito e a Fronteira ou a ligação A23 – Soito.

No seguimento da intervenção feita pelo Sr. Deputado Manuel Rito, o Sr. deputado **Francisco Bãrrios** usou da palavra para dizer que se havia falado na capacidade de endividamento da Câmara, que se devia de fazer uma recomendação à Câmara para se acabar de endividar. Ora bem, tinha lido os documentos um pouco à pressa, mas perguntava ao Sr. Presidente se isto era mesmo o que estava ali, pois concluíra que faltavam cerca de 437 mil euros para a Câmara atingir esse limite de endividamento.

Se era de 437 mil euros para fazer 4 ou 5 Km de estrada, não podia ser muito larga!

Quanto às grandes opções do Plano, considerava que o Rio Côa devia ser privilegiado. Tinham um amigo em comum, ele e o Presidente da Câmara, um individuo que estava licenciado, que era do concelho e que tem uma pós-graduação em ordenamento do território que lhes dissera há que, se fosse ele começava o desenvolvimento do concelho do Sabugal pelo rio Côa, tanto mais que era uma vantagem o rio Côa nascer aqui, pois

nunca poderiam injectar resíduos ou outras coisas que viessem doutro concelho. E dizia que tinha de se tratar o rio como um brinquinho. Bom já se sabia que era uma questão de verbas, mas pensava que a Câmara devia fazer um projecto global para o rio Côa desde a nascente até que chegue ao limite do Concelho, não o podendo fazer todo num ano ou todo em quatro anos podia ser feito faseado nas freguesias. Havia um local que não podia ser esquecido, que era o viveiro das trutas. A Câmara tinha feito bem o alcatroamento da estrada para aquele restaurante, da Quinta das Sereias, tinha feito e bem, na sua opinião, mas se não estivesse lá o complexo não o fazia. Era verdade que a estrada era em espaço publico mas só se tinha feito porque estava lá o complexo. Mas não houvesse dúvidas que concordava com isso, o viveiro das trutas era um dos locais mais apelativos do concelho e estava convencido que era o que trazia mais visitantes forasteiros ao nosso concelho, trazia gente de todo o lado, desde escolas do Norte a idosos, era amigo do proprietário e estava lá muitas vezes e assistia a isso. E era preciso dar-lhe um empurrão ali não precisava de estrada, não precisava de alcatrão, mas se calhar precisava de 200 metros do rio que fosse navegável, de modo a que ele tivesse uns barquitos para entreter os miúdos. E continuou dizendo que, na sua opinião podia-se tratar o rio nas freguesias, mas ali naquele sitio que é dos mais apreciados no concelho, era um empurrão que se dava a um individuo que investiu no concelho.

Quanto à ligação A23, sinceramente era de opinião que da conta do erário publico, do erário do Município, nem mais um cêntimo. Lera nos jornais que este e aquele concelhos conseguiram uma ligação à IP ou à A 24 ou à A 25 e aqui estava o Concelho com o seu dinheiro, com dinheiro em cima de dinheiro. Estava convencido que aquilo não seria uma obra de cariz interno, mas é uma obra que tem para dias ou para anos, portanto seria preciso pressionar o governo para que fizesse o mesmo que fez noutros concelhos. De certeza que o governo não tinha nada contra nós, era insistir nisso.

Satisfazia-se com o que estava previsto para o Cró. Há tempos, esse amigo que é comum dizia que o Cró podia ser bom, podia ser rentável, mas, atenção, era preciso valências de modo a entusiasmar os miúdos desde os três anos até aos idosos de 90 anos, porque hoje o progresso era uma coisa muito complexa. Sabia que estava lá isso tudo, até já o lera no jornal. Alegrava-se com essas valências para o Cró, pois assim acreditava que era uma obra que entusiasmava e de que gostava

Quanto às obras do parque de campismo, não valia a pena falar porque também já era um facto consumado.

Quanto às obras das freguesias, sinceramente lera o orçamento à pressa, porque tivera que ir buscá-lo à Câmara, porque não havia aparecido na sua caixa do correio, não aparecera em Aldeia do Bispo. Mas esperava que aquelas obras restritamente do interesse da freguesia, excluindo estradas, águas, rede de saneamento, esperava bem que contemplassem as freguesias todas do concelho, durante o mandato.

De seguida o Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra, para responder às questões já colocadas e evitar que as perguntas se pudessem repetir, dizendo que havia lançado um desafio à Assembleia Municipal, aos políticos da Assembleia Municipal, e ser político era ser capaz de adoptar o discurso a uma realidade, a uma proposta que estava a ser calculada e não era trazer para ali discursos feitos e trazer discursos adoptados, e ter capacidade para um desafio do Presidente, responder a isso é que era ser político, isso é que era trabalhar na Assembleia Municipal, porque tudo aquilo que ali haviam falado também estava na sua cabeça, mas tinha que se definir prioridades. Se dissessem que no Plano de Desenvolvimento Económico e Social a prioridade era atacar o problema do saneamento em todas as freguesias, então essa passava a ser a prioridade, mas depois todos a deveriam assumir. Isto era uma questão de equilíbrio e era uma questão de ter noção das prioridades.

Todos falavam de eficiência energética, novas energias, novas tecnologias, simplex, inovação, agora a resposta para todos os problemas era a inovação. Mas depois colocavam ali questões básicas de proximidade que era preciso resolver. Ora o que lhes havia dito era que este plano tinha sido aprovado pelo Executivo Municipal, pelos sete elementos do Executivo, era esse plano que se estava ali a apresentar, não era o plano do PSD, e depois continuavam a dizer que eram quatro anos de paragem, pois podiam estar certos que tudo faria para não serem quatro anos de paragem.

Respondendo às questões do Sr. Deputado Manuel Rito, era verdade que o troço da ligação A23 referido no Alto de Pousafoles, estava com um valor reduzido, relativamente ao ano anterior mas também, como estavam a dizer que na educação não se fazia nada, estavam ali dois milhões para os centros escolares. Relativamente aos projectos feitos na câmara, estavam prontos para serem levados ao Executivo Municipal para qualquer Deputado Municipal, solicitando ao sector, poder consultar. Mas também dissera que havia determinadas situações, e essencialmente as situações que têm a ver com a acção directa da Câmara, tanto na acção social, como na educação, como em

áreas de saúde, que estavam enquadradas nas despesas os serviços da Câmara e não estavam ali nos cinquenta mil euros.

Mas aquilo que dizia é que, não pondo em causa as declarações de voto dos membros do executivo, cada membro do executivo era responsável pelas declarações de voto que fazia e que escrevia, não lhe competindo dizer-lhes como a deviam fazer. O que lhes dizia era que a Câmara Municipal do Sabugal tinha uma capacidade de endividamento que estava sancionada pela Assembleia Municipal, podia chegar aos sete milhões e setecentos mil euros, estando neste momento à volta dos cinco milhões e qualquer coisa de euros, podendo chegar aos catorze milhões, era o limite. Como estava ali escrito, limite de endividamento municipal, 14 milhões, 219 mil, 780 euros, com 56 cêntimos, para 2010.

Reafirmava que não tinha de fiscalizar declarações de voto dos membros do executivo municipal, quando se escrevia tinha que se ter a certeza do que se escrevia.

Quanto ao Sr. Presidente da Junta da Rebolosa (substituto), estava uma rubrica em plano, projectos tanto de abertura às Juntas de Freguesia, como projectos executados pela Câmara Municipal e neste momento, estava uma equipa da Câmara, orientada e dirigida pelo Sr. Engenheiro Neto, a coordenar o trabalho de preparação de uma quinzena de acessos no concelho do Sabugal, para poderem ser candidatados até ao 28 de Janeiro. Como muitas Juntas estavam a fazer e bem, a Câmara candidataria aqueles que não estivesse feitos, e iriam continuar. A Rebolosa também estava lá, não como caminho, como estrada para execução de projecto por esse gabinete, mas para além disso a possibilidade estava lá, de a Câmara solicitar a gabinetes externos projectos e também até delegar a execução de alguns projectos importantes nas Juntas de freguesia sem projecto.

A intervenção da Sra. Deputada **Marisa Martins**, começou por pedir desculpa ao Sr. Presidente da Câmara, por ter trazido o discurso preparado de casa, mas que por vício profissional, estava habituada ao TPC. De imediato procedeu à leitura do documento:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores.

A análise exaustiva que o Grupo Político do Partido Socialista fez dos documentos apresentados pelo Executivo Municipal a esta Assembleia, referentes ao Orçamento de Despesas Correntes, revela alguns dados curiosos que gostaria de ressaltar:

O seu valor é de 11,4 milhões, mais 3,7% que em 2009, e representando 38% do valor global da Despesa prevista para 2010.

Porque nos regemos por uma política de verdade, devemos salientar que um rácio despesas correntes/despesas totais inferior a 40% é uma situação correcta e que deve ser assinalada.

Mas algumas questões se colocam quando analisamos com mais cuidado os diferentes capítulos desta Proposta.

1. Em primeiro lugar, ressalta o peso muito elevado que representa a despesa com o pessoal, 4 milhões de euros, isto é, 36% do total das Despesas Correntes.

Se este é um valor claramente elevado, o mesmo representa um crescimento face a 2009 superior a 9%.

Não se prevendo que os aumentos do pessoal da Administração Pública atinjam tais valores, este crescimento só pode resultar do crescimento do número de funcionários, confirmado com as contratações que se prevê venham a acontecer no ano de 2010.

E porque vem a talhe de foice, não compreendemos a previsão de contratação de um tão elevado número de professores, não porque não saibamos que as Actividades Extracurriculares nas EBI's são assumidas pela Autarquia, mas porque não nos é explicada a razão porque nos anos anteriores esta contratação não constava dos Mapas de Pessoal. Os professores que deram estas aulas nos anos lectivos anteriores eram pagos como? E o que aconteceu que justifique uma alteração dos métodos seguidos?

E ainda a talhe de foice, gostaríamos de perceber se as verbas transferidas da Administração Central para cobrir esta despesa são as suficientes, ou, em caso contrário, percebermos qual o esforço financeiro que está a ser pedido ao Município para concretizar esta Medida.

2. Uma segunda reflexão, e porque já o ano passado havíamos colocado esta questão, prende-se com a elevada factura energética e de comunicações que o Município suporta — 905.000 euros, 7,9% do total das Despesas Correntes.

Como o meu colega de bancada já disse na sua intervenção, torna-se urgente a adopção de medidas de racionalização dos consumos de energia, acompanhadas por uma política de utilização de fontes de energia renováveis, o que, contribuindo para um melhor desempenho ambiental do Município, conduza também a uma diminuição da respectiva factura.

E não sabemos, porque não é possível retirar esta conclusão destes documentos, se esta factura energética e de comunicações inclui ou não a parte referente aos edifícios e equipamentos sob gestão da Sabugal +, o que a não se verificar, tornaria esta questão ainda mais grave.

3. E chegamos a um terceiro ponto a que o Grupo Político do PS voltará em outra ocasião e que tem a ver com encargos financeiros associados à aquisição de água, saneamento básico e recolha e tratamento de resíduos.

Falo de qualquer coisa como 1,5 milhões de euros, 13% do total.

Embora não indicado, supomos que esta é uma despesa que pode ser, quase na íntegra, associada aos pagamentos às Empresas Águas do Zêzere e Resistrela.

Porque esta é uma questão grave e que em muito afecta os Orçamentos Municipais, o Grupo Político do PS acompanhará com grande atenção a sua evolução, bem como a posição que os diferentes Municípios estão a tomar no que diz respeito à sua relação com aquelas empresas.

no que diz respeito às movimentações que a nível regional se estão a verificar.

4. Não podemos deixar passar a questão dos subsídios e das transferências.

E isto porque, da leitura dos Documentos retira-se que se prevê transferir perto de 600.000 euros para "Instituições sem fins lucrativos" e atribuir subsídios de 990.000 euros a "Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais" e de mais de 800.000 euros a "Empresas privadas".

Ganharíamos todos, ganharia o Concelho e, sobretudo, evitaríamos qualquer clima de suspeição, se fossem claramente identificadas as instituições e as empresas destinatárias e os montantes em jogo, bem como as razões dos subsídios/transferências propostos.

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Minhas Senhoras e meus Senhores

Não querendo alongar muito mais a minha intervenção não posso no entanto ignorar a Proposta Orçamental da Receita, no valor de 30 milhões, e que me merece os seguintes comentários breves:

- 1. Em primeiro lugar, mantém-se a situação já referida no ano passado de uma incapacidade do Município em arrecadar receitas próprias, o que o torna excessivamente dependente da Administração Central (superior a 71% do total do Orçamento de Receita)*

Sabemos que este não é um problema exclusivo do Município do Sabugal, antes pelo contrário, e sabemos também que mais transferências de competências nas áreas da educação, da saúde e área social, bem como a apresentação de candidaturas aos Programas Comunitários tornarão esta dependência ainda maior.

Somos um Concelho com pouca população e crescentemente idosa; temos um tecido empresarial relativamente fraco e isso, claro, reflecte-se na capacidade do Município em captar receitas próprias.

Por isso também, a importância que o Grupo Político do PS dá às questões do desenvolvimento do Concelho, que é o que, como o meu colega Nuno já demonstrou, falha neste Executivo

- 2. Gostaria entretanto de colocar algumas dúvidas que este Orçamento da Receita nos deixou:*

- Embora o peso dos Impostos Directos e Indirectos no Orçamento de Receita seja de, apenas, 2,1%, será realista prever um crescimento de 4,1% nos Impostos Directos, com destaque para os 9,2% do Imposto Municipal sobre Imóveis e de 12,2% para o Imposto Automóvel?

- O que mudou de 2009 para 2010 no que diz respeito às transferências da Administração Central referentes aos Transportes Escolares que eram de 118.000 euros em 2009 e são agora de 425.000 euros em 2010?

- A que se deve um tão significativo aumento de quase 8%, das receitas com o fornecimento de água e saneamento? Vai ser este o aumento que o Município vai impor aos sabugalenses?

E porque desce a receita das rendas associadas às infraestruturas de água e saneamento, que eram de quase 2 milhões de euros em 2009 e são agora inferiores a 500.000 euros?

- Uma última questão prende-se com o passivo financeiro do Município. Há um ano tínhamos estranhado um passivo financeiro de 6,1 milhões na Caixa de Crédito Agrícola. Passado um ano, esta dívida desce para 4,4 milhões de euros. O que se passou? Estava errado no Orçamento de 2009? Ou o Município não executou tudo o que tinha previsto e aproveitou para pagar parte da dívida?

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Minhas Senhoras e meus Senhores

É esta a análise que fizemos dos Documentos da Despesa Corrente e da Receita.

E porque se trata de dois documentos que estão muito condicionados por despesas e receitas, diria, quase obrigatórias, não se pode sobre os mesmos ter posições de claro repúdio, com acontece com as Grandes Opções do Plano.

E como afirmámos na análise já feita a este Documento, este não seria o nosso Orçamento.

Mas não nos permite a Lei apresentar Orçamentos alternativos, nem o faríamos pois, como já dito pelos nossos Vereadores em Reunião de Câmara e repetido hoje aqui pelo Nuno, não nos revemos naqueles que, tirando proveito da não existência de um governo maioritário, pensemos em obrigar quem mais votos teve, a governar segundo o Programa de quem não ganhou.

E por isso, se estes são os Orçamentos de Despesas Correntes e de Receita do Sr. Presidente e dos Vereadores do PSD, então, pese embora o nosso pensamento sobre os mesmos, vamos abster-nos na votação, dando deste modo oportunidade ao Executivo Municipal de governar.”

Em resposta à intervenção da Sra Deputada **Marisa Martins** o Sr. Presidente da Câmara disse: “Há aí questões que são meramente técnicas, mas importantes. O cálculo da receita, a previsão é sempre uma previsão, mas a Sra. Deputada Marisa Martins falou de pessoal, dos professores. Relativamente às AECs, a experiência tem sido esta ao longo de todos estes anos, e passou por contratar 8 professores para Inglês, 8 para Actividades Físicas Desportivas e 4 para actividades extra curriculares. Por não haver concorrentes para a música, prevê-se a figura de um contrato, que é o que tem havido até agora. Os intervenientes neste processo, são seis ou sete - Agrupamento de Escolas, Câmara Municipal, Empresa Sabugal +, Externato do Soito, Associação de Pais, e a Santa Casa da Misericórdia do Sabugal. Não havia a clarificação do número de professores a contratar, ao longo destes anos, pelo que se tentava funcionar protocolando. A transferência dessa verba para essas entidades, fazia parte da parceria para elas pagarem este ano. Por exemplo a Sabugal +, estava a fazer o pagamento em contrato de avença aos professores das AECS. Por isso queria que ficasse salvaguardado no mapa de pessoal para 2010, porque se não se fizer, em Outubro que vem, não poderiam ser mos contratados. Pretendia-se, assim, que ficasse já aberta a possibilidade de passar a figura de contrato de trabalho aos professores, contratos esses que tinham sempre sido defendidos pelo Ministério da Educação e pelos sindicatos, de forma a que se resolvesse o problema e se deixasse a figura do recibo verde.

E já que se estava a falar de educação, no texto introdutório tivera oportunidade de referir que o Ministério da Educação, estava a fazer contratos de execução da transferência de competências dos Auxiliares da Acção Educativa, para os municípios. Até ao momento a Câmara do Sabugal, embora venha a ser assediada há ano e meio/dois anos, mas ainda não aceitara esse contrato de execução. É normal que o Ministério da Educação, venha novamente à carga em 2010, mas essa situação não necessitava vir no quadro. Neste momento havia 42 Auxiliares da Educação, mais os administrativos que estavam nas Escolas do Concelho e no agrupamento, que podiam vir a cair na alçada do Município, mas isso resultava de legislação, não necessitando de nenhum mapa de pessoal, porque resultava de uma contratação directa com o Ministério da Educação. Mas poderia vir a acontecer isso. A maior parte das situações que estavam ali eram uma tentativa, e havia explicado isso no executivo municipal, de regularizar

entre outras muitas situações que estavam na Câmara Municipal, em que as pessoas estavam a executar uma tarefa, uma função, mas estavam com outra classificação, mas também havia gente a reformar-se que precisaria de ser substituído, isso relativamente ao pessoal.

Ia agora responder a algumas questões directas colocadas. A questão dos custos de funcionamento era verdade, tinha que se ir por aí, em termos de comunicações, em termos de comestíveis e em termos de energia eléctrica, tinha-se que fazer um esforço colectivo para que se baixassem os custos de funcionamento, embora também fosse verdade que iriam aparecer equipamentos novos que aumentariam os consumos. Quando se construía algo de novo, não era só para construir, para ficar por ali às moscas, era necessário que funcionasse. Em relação à Sabugal +, era verdade que neste momento essa energia também era deste espaço e das piscinas.

Relativamente às Águas do Zêzere e Côa, também estavam todos no mesmo barco, daqueles que estavam a aproveitar, com certeza que já tinham ouvido ou tinham conhecimento, os mais atentos à Comunicação Social, que as 14 Câmaras já estavam numa situação de reestruturação, porque estavam a pagar, havia um custo social, desses serviços do município de um milhão de euros, que estavam a dar a mais do que recebiam dos municípios.

Numa reunião efectuada em Belmonte, as Câmaras Municipais tinham resolvido juntar-se e fora o grito do Ipiranga, assim não era possível! Os Municípios já não aguentavam mais, e então haviam obrigado o Conselho de Administração a retirar propostas de aumentos de tarifas, pois seriam as câmaras a fazer a cobrança. Por isso as câmaras tinham-se unido

Relativamente às empresas privadas, havia uma rubrica de cinco mil e tal euros, para aquisição de terrenos. Isto não era apoio aos empresários, aquisição de mais terrenos para a Câmara fazer loteamentos a custos reduzidos?

Solicitando um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara o Sr. Deputado **Roberto Silva** usou da palavra para dizer que em relação ao orçamento, queria congratular-se com algumas coisas que via, e que o Sr. Presidente já havia referido. Destacava a casa da música da Bendada, única instituição que fazia o ensino da música, mas queria uns esclarecimentos.

Na página 6 do orçamento, começava-se com uma rubrica de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, 143 mil euros, depois aparecia uma nova rubrica para

recrutamento de pessoal com 45 mil euros e eram seis rubricas ao todo, que totalizavam mais 230 mil euros. Gostaria de saber que novos postos de trabalho eram estes e a razão de estarem em rubricas separadas?

Em resposta o Sr. Presidente disse que tal tem a ver com situações contratuais, pois neste momento a Câmara tem concursos a decorrer, pessoal a termo, e concursos a decorrer que ainda não estão homologados, que vão ser homologados em 2010. Depois verifica-se a contratação de novo pessoal em situação diferente, como é o caso dos professores.

O Sr. **Deputado Roberto Silva** retomou a palavra e disse ainda não ter sido esclarecido sobre que postos de trabalho é que serão. Na página 8, podia-se ver também, encargos com a saúde 105 mil euros e depois outra rubrica, encargos com a saúde 1 euro. É para abrir rubrica? Mas se pudesse especificar! Na mesma página assistência com a saúde dos funcionários ADSE, 370 euros. Ou era engano ou então, tratava-se de uma soma muito pequena.

A Técnica da Câmara **Conceição Ruas** usou da palavra a pedido do Sr. Presidente da Câmara para dar um esclarecimento técnico e disse que as outras despesas eram só um valor residual porque pode acontecer que durante o ano haja uma despesa e depois não existem condições de a pagar. A assistência na doença dos funcionários públicos, ADSE é um valor que este ano foi de 366.000 Euros, é uma quota que a Câmara paga à ADSE, por isso é que o valor é este, tem a ver com a inscrição dos funcionários na ADSE.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** usou da palavra para colocar uma última questão que não é técnica, mas não encontrava nas grandes opções do plano, na parte da cultura, qualquer verba consignada para a festa da Europa.

Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que já tinha referido que os eventos não estavam individualizados. Havendo uma maior responsabilização o facto de não estar lá concretizada a acção, podendo assim também o Executivo Municipal poder optar pelos eventos a realizar.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** usou novamente da palavra esclarecendo que o que queria dizer era que a festa da Europa, na altura em que é, é um evento em que valia a pena apostar, e provavelmente, a Câmara Municipal podia ter aberto uma rubrica, com um investimento maior, para pensar em alargar este evento. Mas como já várias vezes havia defendido, com divulgação, com uma perspectiva de tentar trazer gente de fora, e não meramente mais uma festa para a gente do Concelho.

O Sr. Deputado **José Robalo** usou da palavra e disse que de facto este orçamento ainda não contava com os dinheiros do QREN porque o QREN ainda não fora aberto e não se podia neste caso responsabilizar o Executivo por actos aos quais era totalmente alheio. De facto este QREN já deveria ter entrado havia três anos, mas estava realmente muito atrasado e também se receava muito quanto à concretização das aspirações de desenvolvimento. De facto os investimentos eram feitos muitas vezes a contar com aquilo que podia vir de fora, essas ajudas eram sempre bem vindas. Quando se falava na desertificação do Concelho, é verdade que o Concelho é desertificado, é verdade que na estatística dizem que perdemos população, agora perguntava: Se se olhar à volta vê-se o quê? O paraíso? Os concelhos do interior têm mais população? Quais são as soluções milagre, as curas que essa gente apresenta? Nunca ninguém apresentara soluções, isto era uma forma de fazer oposição, uma oposição no seu entender responsável. Quais eram as alternativas e as propostas que podiam estar em plano e orçamento que fixariam de facto população? Agora eram quatro anos de atraso! Agora, a ver se passavam estes quatro anos rápido, para irem para lá, para o poder que depois teriam uma solução milagrosa. Mas que apresentassem a solução milagrosa, que se empenhassem, que apresentassem propostas, que dissessem quais são as suas soluções para criar população, para fixar gente no Concelho. Havia lido com muita atenção a Plano de Actividades e Orçamento e havia de facto ai uma verba de apoio aos empresários. De facto também podia ser por ai, era uma aposta, criação de postos de trabalho, o apoio às empresas que criassem postos de trabalho. Esse era o caminho a percorrer agora? Agora virem para ali com clichés a dizerem que só daqui por quatro anos, quando para lá forem os Messias, desculpassem a expressão, é que isto ia...

Queria dizer que lera de facto este orçamento que o encontrava equilibrado. Como o Sr. Presidente já dissera, já havia feito uma reunião com os Sr. Presidentes de Junta e teria que se ter em atenção de que o Concelho eram quarenta freguesias, é um território muito vasto e havia que ouvir os Presidentes de Junta, saber quais eram os seus anseios, pois

esses sim conheciam o terreno, não vinham ali com clichés, conheciam as necessidades das populações.

Continuou dizendo que era um plano que via o território no seu todo, que era responsável. Como uma manta que é curta, não havendo QREN, a Câmara Municipal dispunha de um orçamento muito limitado, para tapar uma coisa, destapava a outra, e ter-se-ia que fazer, como dissera muito bem o Sr. Presidente, opções políticas, e era para isso que ali estavam, para discutir essas opções. Depois vira que era um orçamento solidário, porque também se tratava uma população envelhecida. Era o único concelho que conhecia que pagava o transporte escolar no seu todo, na íntegra, a todos os jovens que quisessem estudar, que quisessem vir para o Sabugal no Autocarro. Estes transportes eram pagos por todos, estes eram investimentos que não se viam, mas que tinham que ser feitos e eram bem feitos. Assim terminava dizendo que este era um orçamento solidário, por estas razões todas, e para não se alargar muito, e porque eu pertencia a uma lista, terminava dizendo que iria votar favoravelmente estes documentos.

Tomando a palavra o Sr. **Presidente da Junta de freguesia de Aldeia de Santo António** dizendo que, na sua opinião e em relação às grandes opções, se estava a cometer e a continuar um erro na ligação à A 23, no ponto onde ela vai, se calhar até foi por isso que se começou pelo troço onde ela começa a ser irreversível. Na sua opinião era um erro para o nosso Concelho, porque ninguém vai para a Guarda por aquela estrada, nem ninguém vai ir para a Covilhã por lá, dando o exemplo de Pinhel que já tem e Trancoso que vai ter acessos condignos à A 23, à A 25.

Relativamente aos transportes, falou-se nos transportes e que se deveria apoiar as empresas de transportes, mas não só as grandes, os taxistas também têm o direito a viver no Concelho. Olha-se à volta e vêem-se concelhos do interior a crescer a população, não se vêem apenas concelhos a decrescer a população. Olha-se para a Guarda e vê-se a decrescer, mas olha-se para a Covilhã, o Fundão, Castelo Branco e vêem-se concelhos que implementaram medidas que fazem com que a população fique lá ou atraiam novos habitantes, não podemos só olhar Almeida, Penamacor, Belmonte que são concelhos que estão mesmo à nossa volta.

O Sr. Deputado **António Gata** usou da palavra dizendo que se havia assistido ali a alguns exercícios de análise técnica do orçamento e que não era isso que iria fazer, iria

fazer uma análise, até superficial, e dizer aquilo que pensava sobre esta situação, até ia pedir desculpa ao seu Presidente da Junta, pois este era um dos que sofria na pele quando no Verão tinha a sua terra cheia de pessoas que o incomodavam, que lhe batiam à porta a dizer que queriam água em casa. E já não falava no saneamento porque isso nunca havia tido, só se lembravam da água. Os que lidavam e contactavam com pessoas deste concelho sabiam que isto era verdade, falava em Vilar Maior porque era a sua terra e entendia que não devia falar de outras porque não devia fazê-lo, mas estavam ali os legítimos representantes se quisessem podiam fazê-lo. Isto para dizer o seguinte: água em quantidade e qualidade, saneamento básico e acessibilidades às Aldeias, pensava que num orçamento deveriam ser as questões chave que deveriam estar bem presentes. Ora, o Sr. Presidente da Câmara dera uma resposta há pouco tempo, que o deixara perplexo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal dissera que se o Concelho fosse pensar em virar-se com toda a força para este tipo de investimento, para o abastecimento de água e saneamento, (pensava que as palavras que o Sr. Presidente da Câmara tinham sido estas), de imediato seria inoportuno para o saneamento da Câmara, e logo lhe ocorrera à ideia um célebre estudo, feito há um ano ou dois, que tinha sido uma questão que dera uma polémica enorme do concelho, havia sido um dos intervenientes nessa polémica, com o anterior Sr. Presidente da Câmara que também sido outro dos intervenientes, o qual fez uma afirmação que possuía religiosamente guardada, em que dizia que os problemas de abastecimento de água e de saneamento no concelho eram um assunto do passado, estavam completamente resolvidos. Tinha essas declarações em seu poder e agora ficava completamente perplexo, quando ouvia dizer que se estava ainda a meio do caminho para se resolverem os problemas, e que infelizmente nem se podias olhar para eles no imediato, ter-se-ia que ir levando devagar para se chegar a bom porto. Não sabia se fora esta ou não a indicação que o Sr. Presidente tinha querido dar

Colocava entretanto outra questão que se relacionava com o facto de se quisesse fazer uma análise do orçamento, tendo como ponto de partida o orçamento do ano anterior, tal seria um exercício extremamente difícil. E esta dificuldade decorria de que ainda naquele dia, na reunião de Câmara, havia sido aprovada a 13ª revisão do orçamento! E portanto seria que o orçamento que estavam e que iria servir para o próximo ano, iria ser também objecto de todas aquelas revisões? Seria que o que estavam ali a fazer, tinha alguma coisa de concreto? É que 13 revisões ao orçamento do ano passado era alterar

completamente um documento, aquilo que fora aprovado havia um ano, chegara ao fim do ano e já não era o documento aprovado...

Tomando a palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que tinham sido colocadas algumas questões que queria esclarecer. A primeira tinha a ver com a água e o saneamento. Relativamente à água, essencialmente duas questões. Uma tinha a ver com uma a resposta que há tempos fora dada por alguém, que não iria haver problemas de água. Ora a água nova faltava chegar a muitas aldeias e localidades, ainda não havia chegado a todas as aldeias e localidades. Só depois de terem acesso a essa água nova, os problemas estarão resolvidos. Sobre a água das Águas do Zêzere e Côa, a água da barragem do Sabugal, o que é que se passava? Pois voltava-se à mesma com as Águas do Zêzere e Côa, aquilo era um monstro que investira 30 milhões de euros no Sabugal, mas que ainda faltava investir muito e, se calhar, já estavam com dificuldades em investir. O problema era que havia de oito localidades no plano, salvo erro Ruivós, Badamalos, Vale das Éguas, Lomba, Ozendo, Rebelhos, Quarta Feira, Monte Novo e Batocas, ainda havia o Cardeal e alguma uma outra ou outra situação que encontrara. E era preciso falar também em saneamento do lado de cá de Alfaiates, que era necessário projectar, ou ver o que é que se fazia. Isto era assim, havia situações para resolver, lá isso havia, e não sabia, porque ainda não estava clarificado se as Águas do Zêzere e Côa o iriam fazer ou não, mas teriam que o fazer porque eram eles os concessionários. A abertura dessas rubricas em plano, reflectiam precisamente também essa indefinição sobre quem irá fazer. E não queria que tal viesse a ter de ser feito pela Câmara Municipal, por competência delegada das Águas do Zêzere e Côa, ou por qualquer outra forma, e não as ter em plano e depois lá aparecia uma alteração orçamental e mais uma alteração. A propósito diria ao Sr. Deputado António Gata não era uma revisão era uma alteração, pela 13^a vez. Era o que a legislação permitia, fazer todas as alterações que se quisesse, e até as revisões em quantas assembleias houvesse. Mas se se fizesse um exercício de pegar desde o ano de 1990 até agora, a ver quantas alterações haviam sido feitas... Isto era um assunto recorrente, e qual era o executivo que perante novas dinâmicas e perante novas possibilidades não fazia uma alteração para resolver um problema? Então se quisesse agora fazer uma delegação de competências numa Junta de Freguesia, porque confiava na sua actividade, e quisesse que essas Junta assumisse determinada competência que até era da Câmara, mas não estava, no plano, só lá tinha, por exemplo, 3 euros, não fazia? No seu entendimento, fazia-se uma alteração e

resolvia-se o problema, era para isso que existiam as alterações. Agora, os documentos apresentados eram documentos provisórios, e pensava que havia respondido, mas obviamente que há anos atrás, quando faltava fazer o saneamento em 23 sedes de freguesia, havia até muita gente nesta assembleia que dizia saneamento para quê, se as freguesias estavam a acabar!

E terminou afirmando que tinha a preocupação, porque também andara na campanha, e já que haviam falado ali em fazer a defesa equilibrada do concelho, o equilíbrio também era este, também era aqueles que não tinham virem a ter, portanto estava completamente de acordo, agora eram questões de opção e não dissera que iria tudo, dissera apenas que se o empenho fosse esse, então ir-se-ia por aí, mas iam todos juntos a resolver a questão do problema da água em Vilar Maior. Mas lembrava que a água continuava a vir do mesmo sítio de onde vem todos os anos, e que quando o Sr. Deputado Presidente da Junta, vinha de lá e continua a vir, ou foi desviada?

O Sr. Deputado **João Manata** usou da palavra para dizer que quanto à A23 considerava que o poder central era quem deveria construí-la. Fazia um repto ao PS, para junto do governo que é do PS, pressionarem, para ver se a constroem, pois que junto do grupo parlamentar do seu partido que pouca força tinha, garantia que ia no da seguinte ou depois telefonar para o deputado seu amigo para lhe apresentar o problema. Mas que agora o PS tinha toda a hipótese e devia fazê-lo de, junto do governo, tentar mover influências, meter cunhas, que a cunha era uma instituição portuguesa e esta era uma cunha útil.

Quanto ao orçamento, para as questões técnicas não estava preparado para as discutir, mas ia descer à terra porque enfim este também não seria o seu orçamento mas provavelmente era o orçamento possível e daí também não fugia. Mas havia ali algumas questões, com que não estava contente. Havia uma rubrica que era muito pequena mas que mostrava uma preocupação que tinha há muitos anos. Dizia o Gandy que num país também se mede o nível de desenvolvimento pela maneira como se tratam os animais. Ora, noutro dia, havia visitado o canil municipal do Sabugal e aquilo de facto era de uma desumanidade a toda a prova. Uma rubrica de 100.000€, já resolvia o problema e iria dignificar o canil, porque os animais também têm direito a uma vida mais digna, também são seres vivos. Outra questão que via também com uma rubrica muito pequena, era referente ao Largo de S. Sebastião, achando que era urgente arranjar-se, porque aquilo estava terrível. O Largo da Fonte poderia esperar, agora o Largo de S.

Sebastião e a Rua Luís de Camões, achava que tinham de ser reparadas. Como também não via nada da estrada de ligação de Rebelhos à Bendada, não sabia se havia alguma coisa, pois achava que era uma estrada importantíssima, pois se tratava de uma das poucas sedes de Freguesias, que não estavam ligadas a uma anexa e até uma anexa que era razoavelmente grande. Para terminar pedia ao Sr. Presidente, que agendasse um dia uma visita para todos os Deputados Municipais às obras da estrada A23, por curiosidade e para saber como está.

Em resposta ao Sr. Deputado João Manata, o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que ia programar uma visita conforme sugerido. Continuou dizendo que também tinha preocupações sobre o Canil Municipal. Quanto à reabilitação urbana, e já que falou no Largo da Fonte, aguardava que fosse possível através de parcerias a reabilitação urbana da Fonte. Respondendo ao Sr. Deputado Roberto Silva, e dado que os deputados municipais não abordaram essa questão, fazia questão de falar disso, que é importante. Houvera uma referência a todos os projectos públicos candidatados ou pelo menos lançados na assistência colectiva do PROVERE, dos vários PROVERES, tendo já um deputado municipal dito aqui e muito bem, que estavam colocados lá, com a porta aberta, para que quando houver candidaturas nos vários eixos se possam fazer. Relativamente ao ambiente, com influência energética e com riscos, os planos Municipais de Protecção Civil, os mesmos tinham a ver com a Associação de Municípios da Cova da Beira. Esses projectos, em colaboração com outros Municípios, estavam à espera também. Igualmente os projectos com a comunidade de trabalho Beira Interior-Norte de Salamanca, estavam aí, não sabia se ainda ia haver mais alguma intervenção. Gostava ainda de dizer que deixava aos Deputados Municipais o desafio de se poder iniciar na Assembleia um novo debate do Plano de Desenvolvimento Económico e Social. E deixava ainda o desafio de acreditarem que o PPI e o Orçamento eram aqueles que neste momento eram possíveis e eram compromissos. E que também queria deixar um agradecimento para todos os técnicos da Câmara Municipal, ligados à Divisão Financeira, Contabilidade, Recursos Humanos e aqueles que forneceram elementos para o plano em tempo recorde, agradecendo essa disponibilidade e da parte do Executivo fazer perante os Deputados Municipais este manifesto agradecimento a estas pessoas que muito trabalharam, muito deram de si, para que fosse possível apresentar o plano no dia 29.

De seguida o Sr. Deputado **Manuel Joaquim Rito** tomou a palavra para dizer que se tinha falado na festa da cerveja e que não fora definida verba para a mesma, porque era melhor englobar as festas todas, geria-se melhor. Concordava plenamente com isso, mas porque é que no apoio às empresas no valor de 500.000€, a Câmara Municipal definia logo que era para a compra de terrenos, quando as empresas podiam ter muitas necessidades e a Câmara podia ser prestável em muitas coisas? Porque é que não se fazia a mesma coisa, 500.000€ para apoio às empresas e depois o executivo definiria a sua utilização conforme os projectos que as empresas apresentassem?

Continuou dizendo que os políticos, incluindo-se a si mesmo, não estava a criticar ninguém, apesar de esta ser uma zona rural, elaboravam o orçamento sempre orientado para a zona urbana, à zona rural não se ligava nenhuma. Não se pensava em florestar o concelho, não se pensava em muitas coisas do género, que é a matéria-prima que se tinha, falando-se em industrializar o concelho, mas, perguntava, industrializar com quê? Tinha que se arranjar matéria-prima, se houvesse muita florestação, era possível ter empresas de madeiras, se houvesse outras actividades, se houvesse uma agricultura desenvolvida, estava a pensar na beterraba ou qualquer coisa do género. E concluiu dizendo que pensava que a Câmara, deveria olhar um bocado para a zona onde viviam, no interior, numa zona agrária, numa zona florestal e nunca havia visto isso. Dava-lhe a impressão que se queria governar o Concelho, como se fosse Lisboa, mas é diferente. Lisboa precisa de fazer casas para as pessoas, aqui precisava-se de arranjar pessoas para as casas. São políticas totalmente diferentes, era uma alerta que deixava ao Executivo todo, que pensasse um bocadinho nisto para o novo orçamento.

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que a aquisição de terrenos era essencial para a fixação de empresas quer no cruzamento do Espinhal quer noutros lugares. Há dias, havia dito que tinha enorme dificuldade em falar com o mundo empresarial do Sabugal por não haver uma liderança clara dos empresários no espírito associativismo, a qual também era boa proposta para a cooperação e a Agenda 21 local. A falta de espírito de cooperativismo e associativismo no concelho do Sabugal era uma grande dificuldade para quem estava do lado da presidência. O ideal seria haver o interlocutor ideal e representativo seja de uma classe seja da outra da parte dos empresários.

Por outro, e como já havia referido, não era possível responder ao leque de necessidades, iria haver essa oportunidade, mas quando havia falado dos funcionários

foi atestado pelos membros do Executivo e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quando havia chegado à Câmara que teriam de entender também a dispersão de edifícios e a dificuldade que havia na colaboração das pessoas no trabalho do dia a dia, nas condições de trabalho até porque por ali também ninguém havia falado deste assunto das instalações municipais das quais também era preciso cuidar e estar atentos pelo que as mesmas teriam que ser valorizadas e inseridas em próximos planos.

A fim de fazer um pedido de esclarecimento o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira** usou da palavra para afirmar que em relação ao que dissera o Sr. Deputado Francisco Bárrios, de não ter recebido a documentação, ele havia posto em causa os serviços de apoio e a sua classe profissional. Continuou dizendo que essa convocatória fora entregue, agora o Sr. Deputado deveria era, se calhar, mudar para a sua residência habitual, para evitar dissabores. Porque passou-se aqui uma imagem de que os serviços de apoio não teriam feito bem esse serviço, quando os documentos foram simplesmente enviados para a morada que o Sr. Deputado tinha indicado.

Em resposta o Sr. deputado **Francisco Bárrios** disse: “ eu nunca pus em causa ninguém nem os CTT nem a Câmara Municipal, o que disse foi que a carta não me chegou às mãos e nada mais. Quanto às moradas, todas elas são validas e eu gosto muito da minha, em Aldeia do Bispo.”

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra dizendo que, antes de passar á votação, tinha ali uma recomendação que tinha que ser votada, pelo que passava a ler. “Recomendação da Assembleia Municipal ao Executivo Municipal para que utilize a capacidade de endividamento que possui para fazer face às obras de ligação Sabugal-Guarda-Alto de Pousafoles e Ribeira do Bufo-Quinta da Ribeira.”

Posta à votação, foi aprovada por maioria.

Sr. Deputado **José Clemente** usou da palavra e referiu que se tinha absterido, por achar que esta proposta tinha tido mais cabimento, se tivesse sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **Presidente da Junta da Bismula** interveio para esclarecer apenas que se absteve nas GOPS por considerar uma utopia a ligação á A23, sendo bem melhor que todos se mobilizassem para arranjar uma ligação condigna á Guarda, que o digam as pessoas quer têm necessidade como tivera recentemente de utilizar uma ambulância para a Guarda, então já veriam qual é a estrada que é necessária.

PONTO 4 - EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PUBLICO DO “PROJECTO DE ALTERTAÇÃO TURISTICA E FORMAÇÃO EQUESTRE” NO SITIO DA PAIÃ, FREGUESIA DE ALDEIA DE S. ANTONIO

O **Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra esclarecendo tratar-se, à semelhança de outras situações que já estiveram aqui, de um investidor que quer desenvolver um projecto em zona rural, pelo que necessita da declaração de interesse Municipal deixo a vossa consideração.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, pôs a votação, sendo este aprovado por unanimidade.

PONTO 5 – CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE IMÓVEL A FAVOR DO CÔA CAMPING SA, PARA CONSTRUÇÃO DO FUTURO PARQUE DE CAMPISMO.

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra informando que em devida altura viera à Assembleia Municipal a autorização para o lançamento publico-privado de construção do parque de campismo e que nessa altura também fora solicitado à Assembleia Municipal que autorizasse a Câmara Municipal a transferir o direito de superfície do terreno para a Sabugal +, a fim de esta depois entrar com o terreno e ceder o direito de superfície á Sociedade constituída, á CÔa Camping. Esta proposta mereceu a aprovação da Assembleia Municipal. Agora o Executivo Municipal pretende que seja feita a transferência de direito de superfície directamente da Câmara Municipal para a CÔa Camping e não através da empresa Municipal. Embora houvesse dúvidas se tal aprovação pela Assembleia Municipal seria legalmente exigida, considerou-se por bem trazer á Assembleia Municipal, dando conhecimento de que neste momento a Câmara Municipal não quer transferir o direito de superfície para a Sabugal + mas directamente para a CÔa Camping. Sendo isso uma receita prevista no plano de 280 e tal mil euros de receita do CÔa Camping para a Câmara Municipal, solicita-se a aceitação da mesma pela Assembleia Municipal.

Posta a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

PONTO 6 - EMISSÃO DE CERTIDÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM NOME DE PHARMAKIS

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra dizendo que em 25 de Setembro de 2009. para efeitos do pagamento do IMT, e como consequência de legislação de apoio às empresas, já fora apresentado a esta Assembleia um pedido de isenção.

Relativamente á sociedade farmacêutica Arraiana unipessoal Lda a Assembleia havia votado favoravelmente, e que o que se pede hoje era que essa certidão fosse hoje autorizada e emitida para outra empresa que tinha os mesmos proprietários, embora com outro nome - Pharmakis.

O Presidente da Assembleia Municipal pôs o mesmo a votação, sendo aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada **Ana Domingues** usou da palavra para dizer que havia outros municípios em que este tipo de assuntos já não iam á Assembleia, dado tratar-se de uma forma de simplificar os processos da autarquia. Por isso considerava que era importante a Assembleia Municipal e o Município do Sabugal optarem também por esse modelo para que o requerente não ficasse muito tempo á espera de que houvesse uma Assembleia.

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra informando que iria verificar e investigar e depois iria proceder em conformidade.

PONTO 7 – NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer que, como sabiam, o Plano Director Municipal do Sabugal, com efeitos iniciados em 1994, estava já há uma série de anos em processo de revisão. Os atrasos e recuos verificados na revisão, prendiam-se com a legislação a metro que ia saindo e que obrigava a aguardar por outros planos supra Municipais planos regionais, obrigou a que em determinada altura se tivesse que fazer a avaliação ambiental estratégica e avaliação do plano e os riscos de implementação do plano, pelo que umas situações iam adiando outras, neste momento estava numa fase de espera. Informou ainda haver 17 entidades envolvidas na aprovação

da revisão, e que neste momento se estava a aguardar a definição do plano regional do ordenamento do território.

Continuou dizendo que, embora não sendo obrigatória a constituição desta Comissão, este era um pedido de apoio que o Executivo fazia á Assembleia Municipal. Na verdade, e não sendo obrigatório repito, achava que era importantíssimo que a Assembleia tivesse uma Comissão interna de acompanhamento para o desenvolvimento da revisão do PDM. O que ali era pedido era que no seio da Assembleia Municipal fosse criada uma comissão que sempre que solicitada daria o seu contributo. Claro que seria uma comissão que não teria poder deliberativo muito menos executivo, mas somente consultivo.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** disse que havia uma série de votações para designar membros da Assembleia para várias Comissões e de Presidentes da Junta de Freguesia, pelo que propunha um intervalo para concretizar os diversos grupos de listas, porque se se votassem, uma a uma e nome a nome, não sairiam dali. Assim, achava que deveriam os vários grupos municipais entre si concretizar listas no que é de interesse da Assembleia Municipal, e os Presidentes das Juntas nos assuntos das Juntas de Freguesia. Sabia que já tinham feito esse trabalho, na reunião que tinham feito, e achava que deveriam propor os nomes que eles tinham para representantes das Juntas, o que agilizaria um bocado a continuação dos trabalhos.

Tomando a palavra o Sr. Deputado **Celino Augusto** afirmou concordar plenamente com o Sr. Deputado Manuel Rito, só que achava que havia algumas dificuldades, em relação às Comissões, que era o facto de não estar ali escrito qual era o número de elementos de cada uma delas, pelo que a mesa devia esclarecer a Assembleia.

O **Presidente da Assembleia** disse que a proposta da mesa seria um representante de cada partido. Para todas elas são designadas o número de elementos, só para a última é que não se designa. Assim sendo, para o ponto 7 eram 5 elementos; ponto 8 um representante das Juntas de Freguesia; ponto 9, 5 elementos; ponto 10, 4 elementos; ponto 11, 1 representante das Juntas de Freguesia; ponto 12, 1 representante; ponto 14-, 1 representante; e ponto 15, 4 elementos designadas pela Assembleia Municipal, que poderiam ser deputados municipais ou pessoas externas à Assembleia Municipal.

Concluiu dizendo que se iria fazer uma pausa para concensualizar as propostas, e que se retomaria a sessão dentro de 10 minutos.

Terminada pausa, interveio a Sra. Deputada **Marisa Martins** dizendo que face à proposta vinda do Sr. Deputado Manuel Rito sugeria que fosse então criada uma comissão para fazer a alteração ao Regimento da Assembleia e que em consequência cada grupo político designasse 1 pessoa para tal efeito.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que esses elementos iriam juntar-se aos membros da mesa da Assembleia para poderem colaborar todos nessa reunião.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** interveio para dizer que o grupo de trabalho já não era necessário porque havia uma proposta de regimento, e que lhe parecia que deveriam ser os grupos municipais a concensualizar o projecto a vir à Assembleia Municipal. No caso concreto todos os grupos parlamentares deveriam pronunciar-se sobre a proposta de regimento, nomeando cada grupo o seu representante.

O **Presidente da Assembleia** disse que ficariam a aguardar que os diferentes grupos nomeassem alguém.

Tomando a palavra a Sra. Deputada **Marisa Martins** disse que o grupo político do P.S já tinha um elemento que era o Sr. Roberto Silva e sugeria que os outros grupos políticos fizessem o mesmo e nomeassem então outra pessoa para analisar a proposta já feita pela mesa e para propor alterações que pelos visto tinham muitas. Conclui dizendo que havia ficado com uma dúvida. Tanta gente dissera que tinha dúvidas sobre o regimento só não percebia se tinham dúvidas sobre as 30 páginas que já existiam que era o antigo regimento ou se eram sobre as 2 ou 3 alterações.

Em resposta o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, de qualquer forma isso agora estava fora da ordem de trabalhos e que a situação era esta, estava definido. Os grupos iriam dar indicação à mesa e a mesa ficava a aguardar que o fizessem quanto antes, pois, como era evidente, havia uma certa urgência nesses trabalhos. O próprio grupo do P.S. fá-lo-ia por escrito, formalizando o nome da pessoa que integraria esse grupo.

Depois de ter dado entrada na mesa as propostas para os pontos 7 a 12 e 14 a 15, o Presidente da assembleia passou a por as mesmas a votação.

Ponto 7 - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM

- Ramiro Matos, Manuel Rito, João Duarte, António Gata e Francisco Pires, aprovada por unanimidade.

Ponto 8 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

- Presidente de Junta de Sortelha, aprovada por unanimidade.

Ponto 9 - ELEIÇÃO DE CINCO MEMBROS PARA INTEGRAR A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART.º 14º DOS ESTATUTOS

- Nuno Teixeira, Marisa Martins, Pedro Cardoso, Joaquim Leal, Daniel Simão, aprovada por unanimidade.

Ponto 10 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA

- Joaquim Brázia, João Manata, José Clemente, Fátima Neves, aprovada por Unanimidade.

Ponto 11 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DA GUARDA

- Presidente da Junta de Aldeia de Stº António, aprovada por unanimidade.

Ponto 12 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Presidente de Junta de Freguesia de Rebolosa, aprovada por unanimidade.

Ponto 14 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

- Presidente de Junta de Freguesia da Bismula, aprovada por unanimidade.

Ponto15 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)

- Jaime Vieira, Daniel Simão, Fernando Pinto, Jaime Pinto, aprovada por unanimidade.

PONTO 16 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara, que disse que o documento tinha sido entregue a todos e estava disponível para qualquer esclarecimento.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** tomou da palavra para obter informações sobre algumas reuniões que a Câmara Municipal teve: No que diz respeito a uma reunião no dia 6.11.2009, referente a um projecto de turismo cultural, haveria possibilidade de explicar que projecto seria esse.

Da reunião no dia 2.12.2009 com o Sr. David Pereira da Lagosport referente á volta a Portugal em bicicleta, resultou ser agora que iria haver uma final de etapa na volta a Portugal em bicicleta no Sabugal?

Retomando a palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** informou que:

Relativamente á reunião do dia 6.11.2009, a mesma tinha sido com o Sr. Dr. Sibrom que estava a desenvolver o projecto em redor de Miguel Torga e da sua obra, e que tem alguns centos de Miguel Torga, na Batalha, S. Martinho de Anta, aqui também em Sortelha. É um conhecedor profundo da obra de Miguel Torga e é uma tentativa de criar um centro em Sortelha, alias na lógica da casa do artista, ou na mesma vertente, perspectivando esse e outro tipo de Turismo cultural, no caso em torno de Miguel Torga. É um enorme privilégio ter no nosso Concelho um conhecedor e amigo, tendo depois a oportunidade de apresentar o Prof. Bernardino Henriques dos Fóios que está em Trás-os-Montes e que também é amante de Miguel Torga. Estão aqui alguns ingredientes proporcionadores de um trabalho a desenvolver nesse âmbito, e o Dr. Simbrom aproveitando Sortelha, porque até adquiriu lá uma casa, aproveitando a maravilha da Sabugal que é a Quarta Feira e também a dos Fóios e o Rio Côa, quer desenvolver, com o apoio municipal, um projecto no âmbito do turismo cultural, porque em 2011 se comemora o 1º centenário do nascimento de Miguel Torga.

Relativamente á Volta a Portugal, o Sr. David Pereira é da empresa PAD que é quem organiza a Volta a Portugal com a LagosSport. Existe um conhecimento e uma amizade de vários anos e é evidente que veio cá na tentativa de organizar algo no Sabugal. No entanto vinha a falar de um plano a 4 anos e os valores envolvidos são enormes e não será fácil. Uma passagem é uma coisa e o fim de uma etapa ou chegada é outra. Do ponto de vista económico a partida é mais rentável, do ponto de vista promocional é a chegada que é mais rentável. De qualquer forma não há nada em concreto houve apenas alguns contactos no Município com a Lagos Sport e com o início da volta a Portugal. Existem outras hipóteses como as outras provas de 2ª e 3ª categoria a envolver o Sabugal.

O Sr. Deputado **António Serra** usou então da palavra para colocar 3 questões, dizendo que 2 delas eram simples. Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, quantas fracções do Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito estavam ocupadas, qual a sua taxa de ocupação e também qual era a taxa de ocupação do parque Industrial?

O outro assunto era mais grave, e por isso vinha ali para dizer aquilo que pensava, olhos nos olhos á frente de toda a gente. Já o começara a abordar anteriormente e ia ter que o abordar novamente. Gostava que o informassem qual era o estado da situação com o Conselho de Administração da Sabugal +. Fora público e tinha lido no 5 Quinas e num bloguesito que por ai andava, algumas noticias sobre os desencontros nas primeiras reuniões de executivo sobre este assunto. Voltava a repetir a proposta inicial feita pelo Sr. Presidente da Câmara para haver 4 Vereadores a tempo inteiro, no sentido de deixar um Vereador à oposição para poder colaborar nos serviços do Executivo. Podia ser um Vereador rotativo entre os diversos partidos, não querendo podia ser a tempo inteiro. Agora, reduzir a dois Vereadores com argumento somente dos gastos, num concelho pequeno que não é necessário fazer tanto aumento de despesas, acho isto ridículo. Se se olhar para Almeida, Pinhel, Figueira Castelo Rodrigo, Belmonte, Guarda, todos os municípios têm 3, 4, 5 vereadores a tempo inteiro. Aqui no Sabugal para reduzir custos não pode haver mais de 2 vereadores. Entretanto chega-se ao Conselho de Administração da empresa Sabugal +, e é preciso termos 2 do nosso lado bem remunerados e o actual Presidente não pode ser, qualquer um menos esse. Ora isto, voltava a dizer, é um saneamento politico, nunca foi feita nenhuma análise de estado, sobre os objectivos a atingir, despesas gastas, o trabalho efectuado, se foi ou não foi feito um trabalho em prol do desenvolvimento dessa empresa e do concelho. Quando hoje, passados 35 anos, após o 25 de Abril, ainda há saneamentos políticos, não podia ficar calado. Trabalhara durante alguns anos com o Dr. Norberto Manso, mercê da sua situação profissional, haviam feito naquela sala umas jornadas do centro de saúde, haviam tido colaboração integral. Já havia colaborado com ele em varias actividades no campo da saúde, sempre o vira motivado, interessado em desempenhar as suas funções, por isso achava que enquanto não fosse feita uma avaliação do seu trabalho, não devia ter sido posta a questão assim. Estava aqui há mais de 20 anos, mais de 20 anos que era membro desta Assembleia, quis o destino já ter sido Presidente da Assembleia, também quis esta Assembleia que eu não fosse e que fosse outra pessoa, é democracia, quem tem mais votos ganha e quem tem menos votos perde.

Sabia que havia gente interessada no desenvolvimento do concelho e da sua terra, havia ali gente honesta e trabalhadora, motivada para que o concelho se desenvolvesse, mas, infelizmente, estava convicto que havia 3 ou 4 salta pocinhas, vira casacas, camaleões, autênticos animais políticos da pior espécie que só estavam ali para satisfazer os seus interesses pessoais, ora quanto a isso não alinhava. E, para acabar, apresentava uma proposta de louvor: “A Assembleia Municipal de Sabugal, reunida em sessão ordinária em 29.12.2009, apresenta um louvor ao Sr. Norberto Manso, enquanto presidente do conselho de Administração da Empresa Municipal Sabugal +, pelo seu empenho, motivação e desempenho nas actividades desenvolvidas pela Sabugal +.

Em resposta às questões colocadas o **Sr. Presidente da Câmara** disse que no Soito, neste momento, pensava que estariam instalados 7 ou 8 empresas, mas há mais pedidos, pelo que se iria perspectivar a ocupação. Neste momento a preocupação maior da Câmara Municipal era com o espaço âncora, o espaço maior, será esse que irá depois também criar o apetite para que outros se instalassem. Era um espaço que requalificara uma zona urbana degradada e que servia perfeitamente para as ambições industriais do Soito que sempre teve pergaminhos nesta área.

Relativamente ao parque do Espinhal, havia 7 lotes rústicos inicialmente constituídos com mais de 7 pedidos, 7 ocupações. Já havia, no entanto, pedidos posteriores, pelo que neste momento se estava numa fase de aquisições de mais terreno, precisamente porque há mais pedidos. Ainda no dia anterior, lhe haviam perguntado, como é que havia tanta empresa a fechar e havia tanta gente a solicitar a instalação naquela zona ali do cruzamento? Evidentemente que eram empresas com determinadas características, com necessidade de armazenamento com alguma dimensão de espaços de lotes. Mas tal se devia também aos 2 centros que eram obviamente 2 centros por excelência para apoio ao empreendedorismo, e fixação de pessoas.

Quanto às outras questões e observações feitas pelo Sr. Deputado António Serra, as mesmas haviam sido desenvolvidas pela comunicação social e, efectivamente, no momento, e queria também que a Assembleia Municipal soubesse disso, já tivera algumas mensagens de gente sua amiga, do tipo “afinal já tens mais 2 Vereadores, afinal autorizaram-te mais 2 Vereadores” A questão era simples, neste momento era o Presidente e a Vice Presidente e os poderes que tinha delegara-os nela, obviamente não estando o Presidente será a Vice-Presidente a fazer, dado ter os poderes delegados. Esta fora a única forma que vira de resolver. Já havia comunicado esta situação aos

Presidentes da Junta e comunicava-o agora aos Deputados Municipais que, utilizando aquilo que a legislação lhe permitia, nomeara o nº3 da sua lista para adjunto e o nº 4 da lista para chefe de gabinete e pronto, assim se ia vivendo. Claro que não lhe satisfazia esta situação, como dissera o Sr. Deputado António Serra, e como se dizia muitas vezes nesta Assembleia, o Presidente é para estar fora do gabinete, e saía o menos possível do concelho e quando estava no concelho saía muito pouco do gabinete mas pronto, quem não tinha cão caçava com gato, e tinha vindo a sentir alguma limitação perante outros Presidentes de Câmara do Distrito. Voltando à questão das opções de constituição e de expectativas de equipas de trabalho e isso é extensivo à Empresa Municipal Sabugal +, a realidade é que ainda não havia sido nomeado o Conselho de Administração para este mandato, que teria de ser feito com grande brevidade. Precisamente na última reunião de câmara havia feito uma proposta aos Srs. Vereadores nesse sentido e tinha a certeza de que se ia encontrar um caminho e uma forma desentendimento.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que havia uma proposta de louvor no âmbito da Actividade Municipal, embora com alguma extensão da ideia de que preside o admissível. Diz a proposta de louvor “A Assembleia Municipal de Sabugal, reunida em sessão ordinária em 29.12.2009, apresenta um louvor ao Sr. Norberto Manso, enquanto presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Sabugal +, pelo seu empenho, motivação e desempenho nas actividades desenvolvidas pela Sabugal +.”

Posta a votação, foi aprovada por maioria.

O Sr. deputado **João Manata** disse que havia votado favoravelmente porque como assíduo frequentador das Piscinas Municipais sabia da qualidade da gestão da Piscina e que de facto já frequentara outras e achava que estas estavam muito bem geridas. E continuou dizendo que votara também favoravelmente porque havia uma coisa que francamente não conseguia compreender: se davam a possibilidade ao PS de nomear um membro para o Conselho de Administração e se davam a possibilidade ao Partido da Terra para nomear outro membro para o Conselho de Administração, porque é que impunham ao PSD quem havia de nomear ou quem não podia nomear. Logicamente o PSD ia nomear quem quisesse, se não isto estava a ser subvertido, não sabendo francamente que sistema era este. E concluiu dizendo que o Sr. Deputado António Serra nisto tinha razão, isto é, cheirava-lhe a saneamento político, quer dizer, este não pode

ser, mas o resto pode ser toda a gente, por amor de Deus, onde está a democracia dos portugueses? Esta é suficiente madura para não permitir situações destas.

Tomando a palavra o Sr. Deputado **Roberto Silva** disse que o seu voto foi meramente no sentido, e pegando nas palavras do Sr. Deputado António Serra, não ter apresentado o relatório de actividades e dos objectivos alcançados, e por isso não entendia que se devesse dar um louvor se não havia uma avaliação para o fazer.

Tomando a palavra a Sra. Deputada **Marisa Martins** disse que iria assinar por baixo as palavras do Sr. Deputado Roberto Silva. Queria, no entanto, levantar uma questão e deixá-la um bocadinho no ar. Sobre a tão polémica questão da votação secreta, que estava proposta de alteração ao regimento, então, quando se fala em nome de pessoas, o voto devia ser secreto.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** pediu um esclarecimento sobre o sentido de voto da mesa.

Em resposta o Sr. **Presidente da Assembleia** disse que sentido de voto dos membros da mesa era a abstenção.

O Sr. Deputado **Celino Augusto** fez uma declaração de voto, dizendo que se havia absterido por duas razões. Em primeiro lugar, não era neste período da Assembleia que deveria ter sido feita esta proposta, e aliás até se admirava esta proposta ter vindo do Sr. Deputado António Serra que até já tinha sido Presidente da Assembleia e sabia isso de certeza absoluta. Em segundo tinha-se absterido porque o próprio proponente dissera que a pessoa em causa nunca havia sido avaliada, ora se nunca fora avaliada, então não conhecia o seu trabalho, e ainda por cima diziam que nunca fora avaliado, pelo que sinceramente não sabia o que estava a votar.

O Sr. Deputado **José Robalo** emitiu a sua declaração de voto que ia no sentido de votar a favor e assinar por baixo o que o Sr. Deputado João Manata havia dito, visto de facto tratar-se de um saneamento político. Em primeiro lugar e para que ficasse bem claro não era uma pessoa que morresse de amores pelo Sr. Norberto, e estava à vontade para falar. No entanto achava, e isto prendia-se com duas coisas: primeiro do ponto de vista político, queria um desenvolvimento da sua terra e da região, e se se achava que duas

peças a tempo inteiro, na Câmara Municipal eram suficientes, que tipo de desenvolvimento era este? Se o próprio legislador quando fez a lei 169 e depois foi revista, entendeu que na freguesia mais pequena, e falava da sua terra que é a Ruvina, são necessárias três pessoas para a governar (um presidente, um secretário, um tesoureiro), perguntava se a Câmara Municipal não necessitaria de mais gente a tempo inteiro? Para fazer esse governo, qual tinha sido o motivo, o espírito que subjazia a esta decisão do executivo rejeitar liminarmente a aceitação de nomeação de outros vereadores a tempo inteiro para trabalhar no Município. E isto, continuou, porque não se estava a brincar com coisas, estava-se a falar em desenvolvimento do Concelho. E a seguir levantava-se a questão do dinheiro, e a questão do Presidente da Empresa Municipal, e aí subscrevia o que o Sr. deputado João Manata dissera, aquele homem não servia, e o PSD tinha outro nome e é vetado? Então o PS e o MPT já não tinham pejo em gastar dinheiro dos cofres do município para indicar pessoas para governarem a Empresa Municipal? Daquilo que havia conversado com outras pessoas a sensibilidade que tinha era que de facto o Sr. Norberto tinha feito um bom desempenho frente à Empresa Municipal. E por isso esta sua declaração de voto no sentido de apoiar e votar favoravelmente a proposta do Sr. Deputado António Serra.

Tomando a palavra o Sr. Deputado **António Serra** disse que se estava no ponto dezasseis da ordem de trabalhos que diz actividade municipal, portanto achava que devia perguntar sobre o modo como o executivo estava a ser gerido ou o modo como a empresa municipal estava a ser gerida. Considerava que estava dentro da actividade municipal, pois o artigo 12.3 do actual regimento, que é aquele que está em vigor que os membros da Assembleia Municipal têm “o direito de apresentar protestos, votos de louvor, congratulações ou de pesar. Continuou dizendo que afirmara que o Dr. Norberto Manso não fora avaliado no seu desempenho pelos elementos que não o queriam lá, esses não se preocuparam em saber quanto é que ele gastou ou produziu a Sabugal +, gastou e podia ter poupado, qual foi a dinâmica de desenvolvimento que gerou. Não fora preciso fazer nenhum estudo, para aí bastara só dizer todos menos ele, e pague-se mais a dois dos nossos, e a despesa já pouco importa. Portanto o louvor vinha do seu conhecimento durante mais de seis anos, havia contactado com ele e vira o seu desenvolvimento e havia trabalhado em algumas situações pontuais e vira a pessoa que ele era.

O Sr. Deputado **José Cunha** desejou boa noite ao Sr. Norberto, que já havia visto na sala, afirmando que os dois se conheciam fisicamente, se cumprimentavam e se saudavam. Pretendia dizer que se abstera no voto de louvor porque pensava que era uma pessoa que sentia, tinha conhecimentos e que abnegadamente fazia mais do que aquilo que devia, pessoalmente pensava que ele devia ter cumprido bem o lugar que desempenhara até agora e não tinha nada contra o facto de ele vir a ficar ou não novamente nesse cargo. No entanto, tinha-se absterido por, concerteza culpa sua, desconhecer todo o trabalho que ele tinha feito. E terminou lembrando a quem gosta de propor pessoas para terem votos de louvor porque não pensar nos motoristas, nos jardineiros, nas pessoas que muitas vezes desempenham cargos mais humildes na Câmara e que, de forma abnegada fora das horas de serviço, estão sempre prontos a obedecer a quem mais manda neles, porque é que não se pensa neles e não são trazidos aqui para receberem os votos de louvor?

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Malcata**, depois cumprimentar os presentes e desejar um Bom Ano 2010 disse que tinha duas perguntas, uma relativamente à reunião do dia 19 na Câmara com o Engenheiro António Reis, respeitante ao Ofélia Club, pretendendo saber se o Sr. Presidente da Câmara poderia adiantar à Assembleia mais alguma coisa sobre essa reunião.

Por outro lado, e tendo-se realizado no dia 26 de Novembro uma reunião na Câmara com a empresa NLOP2 – Exploração de Parques Eólicos, e porque a exploração do parque eólico já fora ventilada na Assembleia, salvo erro pelo Sr. Rui Chamusco de Malcata, no que dizia respeito ao incómodo que as Eólicas dão às pessoas que habitam na freguesia, falo concretamente em Malcata porque se sente perfeitamente, pergunto se se coloca a hipótese de a Câmara pôr em cima da mesa a distribuição de alguns rendimentos daquilo que ela recebe das empresas eólicas?

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que voltavam à mesma, da receita para a despesa, mas que de qualquer forma a reunião do dia 19 tinha sido na sequência da apresentação de cumprimentos ao novo Executivo e Presidência e também para fazer o ponto de situação por parte do Sr. Eng.º António Reis. Este havia manifestado a disponibilidade e a vontade de reafirmar a implantação do projecto, tendo naquele momento entregado na Câmara Municipal uma planta de distribuição de edificações na área. Da parte do Município o ponto de situação era de aquisição de terrenos e da parte a

projectar, e era isso que estava a suceder neste momento. Quanto á ENOP2, tinha sido uma reunião sobre o projecto que desenvolvia, desde o Casteleiro e Sortelha, Treviscal até ao concelho da Guarda, Penalobo, S. Cornélio, por ali fora. Eram 50 eólicas, tendo sido uma reunião que fora ao encontro de situações que eles pretendiam da Câmara, e que a Câmara também pretendia deles, tendo sido uma reunião produtiva. A empresa havia dito que em Outubro de 2010 esse parque tinha que estar a funcionar.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia dos Fóios** usou da palavra dizendo que vinha fazer uma sugestão de adesão da Câmara Municipal ao A.E.C.T Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, pois muito gostaria que a Câmara Municipal pudesse aderir a este agrupamento. Concluiu afirmando que havia várias Câmaras e Universidades no Agrupamento e que muito gostariam que a Câmara de Sabugal também aderisse.

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que a Câmara já estava inscrita num outro Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça que era o BINSAL Beira Interior Norte e Salamanca. Salientou que tinha dúvida sobre a adesão da Câmara neste momento, por não saber se havia incompatibilidade de poder estar num outro agrupamento. De qualquer forma pensava que esta forma organizativa das Autarquias e instituições trabalharem a nível territorial transfronteiriço era o caminho para preparar o futuro, estando convicto que a partir deste QREN a possibilidade de chegar aos fundos comunitários ficava muito limitada a zonas de baixa densidade como esta. Pelo menos este agrupamento europeu transfronteiriço terá a virtude de criar um plano estratégico para os territórios nas várias áreas. Concluiu afirmando que iria analisar a situação e depois iria abordar com o executivo a possibilidade de ser um parceiro activo de todos e assim caminhar em conjunto nesse sentido do agrupamento europeu.

O **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra dizendo que considerava que a Assembleia Municipal devia recomendar à Câmara Municipal a inscrição neste grupo Beira Duero.

Posto à votação foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado **Francisco Bãrrios** disse: Se eu bem percebi, está previsto deitar o tapete na ligação a A 23 em Maio assim, pergunto: quantas obras de arte estão previstas neste trajecto e para quando a sua execução? Sobre a nomeação do Conselho de

Administração da Empresa Sabugal + penso que a César o que é de César e à Câmara o que é da Câmara. Quanto á teoria “ este não pode ser “ è igual à teoria “ este è que tem de ser “.

Para terminar, felicito o meu conterrâneo Dr. Coelho que, pela primeira vez nestas lides autárquicas, e, com sabedoria, isenção e correcção, orientou os trabalhos desta Assembleia Municipal.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** usou novamente da palavra somente para esclarecer que não era um precedente, pois estava previsto no regimento em vigor que se possam votar recomendações á Câmara.

O Sr. Deputado **António Gata** pediu a palavra para dizer que nesta casa e enquanto cá estivesse, em nenhuma circunstância ninguém ouviria da sua boca qualquer insulto gratuito ou insinuação baixa, porque isso não estava na sua maneira de ser. Tinha muito orgulho em ser natural desta terra, fazia questão de nela viver, certamente que profissionalmente outras vantagens teria se cá não vivesse. Continuou afirmando que também tinha muito orgulho que os seus filhos dela continuassem a gostar e que para cá viessem sempre que possível, apesar de profissionalmente a filha não poder cá estar. Por outro lado, considerava que na politica a divergência de opinião, para além de salutar, é necessária, nunca podendo ser fundamento do aparecimento de incompatibilidades pessoais e que por isso desejava ao Sr. Presidente da Câmara um mandato que fosse tão determinante para o desenvolvimento do concelho, que a sua reeleição daqui a 4 anos não passasse de uma mera formalidade. Terminou pedindo desculpa à Assembleia porque sabia que estava a falar fora da ordem de trabalhos. Congratulava-se também com a forma exemplar como o Sr. Presidente em exercício da Assembleia havia dirigido os trabalhos apesar de todos saberem em que condição o fez.

O Sr. Deputado **António Serra** usou da palavra e disse que subscrevia na íntegra as ultima frases dos Srs. Deputados Francisco Bárrios e António Gata.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou novamente e por ultimo da palavra para dizer que queria acabar como havia começado, desejando que o ano de 2010 fosse um ano muito importante para o Concelho do Sabugal com a colaboração de todos, e aproveitar o facto para agradecer a participação, a atitude, embora às vezes também aqui a

colaboração e a presença, o empenho da mesa em bem dirigir os trabalhos. Pretendia ainda deixar uma pequena recordação, uma lembrança que todos iriam receber à medida que fossem assinando, e também para aqueles que haviam tomado posse o dia 30 de Outubro, e que se tinham apercebido que estava aqui um fotografo profissional que havia tirado fotografias da tomada de posse, uma fotografia para mais tarde recordar.

Não havendo mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou, se havia alguém do publico que quisesse intervir.

Foi dada a palavra ao senhor **Victor Proença** que desejou boa noite a todos e, a quem ainda não tivera oportunidade de endereçar, desejava a continuação de boas festas e um óptimo 2010. Afirmou de seguida que só queria chamar a atenção do Sr. Presidente da Assembleia da Mesa em exercício, de um precedente que havia sido aberto relativamente às votações que haviam sido efectuadas, as quais deveriam ter sido por voto secreto. Continuou dizendo que este precedente podia causar dissabores daqui para a frente, pois, o que é de facto é que, independentemente de ter havido acordos pontuais com os diversos grupos, tal não impede, é o que diz o regimento, não invalida a não ser que Assembleia tivesse votado que sejam de braço no ar. Deveria ter sido votado por voto secreto e para quem queria trazer aqui hoje um regimento com algumas alterações não cumpriu. Também queria endereçar ao senhor Presidente da Assembleia suas rápidas melhoras, e felicitá-lo também pelo facto de estar na situação em que está e que isto não ensombra de modo algum o desempenho do Presidente em exercício, mas o que é facto é que é um precedente, é preciso ter algum cuidado. E terminou dizendo que era só essa chamada de atenção que queria fazer.

Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão às 21 horas e trinta minutos. Da Sessão realizada foi lavrada a presente acta aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no nº 3 do art.92da lei 169/99 de 18 de Setembro, a qual vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor.

O Presidente da Assembleia (Em Exercício) -

Victor Manuel Dias Coelho

A Coordenadora técnica,

Nélia Lopes Vasco